

## **CONCORRÊNCIA 001/2025**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para execução de obra de reforma do Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi

**Modalidade:** Concorrência - Presencial

**Critério de julgamento:** Menor preço global.

**Modo de disputa:** Aberto

**Regime de execução:** Empreitada por valor global

**Orçamento estimado:** R\$1.346.247,00(um milhões, trezentos e quarenta e seis mil, duzentos e quarenta e sete reais )

**Data da sessão pública:** Dia 15/10/2025 às 09h (horário de Brasília)

## SUMÁRIO

1. DA LICITAÇÃO
2. DO OBJETO
3. DOS RECURSOS FINANCEIROS
4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
5. DA GARANTIA DE PROPOSTA
6. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI nº 19.709/2018).
7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
8. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO
9. DA ABERTURA DA PROPOSTA COMERCIAL (ENVELOPE Nº01)
10. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL
11. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº2)
12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
13. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
14. DO CONTRATO
15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO
16. DAS NORMAS AMBIENTAIS
17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO
18. DAS MEDIÇÕES/PAGAMENTO
19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
22. REAJUSTE
23. DISPOSIÇÕES FINAIS
24. ANEXOS

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025**

**1. DA LICITAÇÃO**

A **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL D. ANDRÉ ARCOVERDE**, fundação privada inscrita no CNPJ sob o n. 32.354.011/0001-66, sediada e estabelecida na rua Sargento Vitor Hugo, n. 161, bairro de Fátima, Valença – RJ, CEP n. 27603-086, neste ato representada pelo Presidente, o senhor José Rogério Moura de Almeida Neto, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados, que realizará o processo de licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, com a disputa aberta de lances, sob a forma **PRESENCIAL**, no dia **15/10/2025, às 09:00 horas**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste edital e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta.

O Edital e os demais documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site da Fundação Educacional Dom André Arcoverde, através do endereço eletrônico <https://hospital-escola.unifaa.edu.br/quem-somos/#portalTransparencia>, ou solicitado através do e-mail [compras.publicas@faa.edu.br](mailto:compras.publicas@faa.edu.br).

Toda e qualquer alteração deste Edital, tais como errata, adendo suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico acima e/ou publicações no Diário Oficial da União (DOU).

Os trabalhos serão conduzidos pela Comissão de Contratação nomeados pela **Portaria nº 052 de 27 de agosto de 2025**.

**2. DO OBJETO**

**2.1.** A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO HOSPITAL ESCOLA LUIZ GIOSEFFI JANNUZZI**, localizado na Rua Dom José Costa Campos, nº 142, Centro, Valença/RJ, com fornecimento de materiais necessários (equipamentos, peças, materiais de consumo, insumos e mão de obra), conforme memorial descritivo/cálculo e projetos anexos ao Edital, de acordo com as especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar – ETP (ANEXO I) e Termo de Referência (ANEXO II) a este Edital.

**3. DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**3.1.** O valor estimado para execução da obra é de R\$1.346.247,00 (um milhão, trezentos e quarenta e sete mil reais). Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis - assim consideradas, as propostas cujos valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela FUNDAÇÃO.

**3.2.** Os recursos financeiros para execução da obra estão previstos no Contrato de Repasse nº 960397/2024/MS/CAIXA firmado entre a União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde representado pela Caixa Econômica Federal e a Fundação Educacional D. André Arcoverde.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**4.1** Poderão participar deste certame todas as empresas pertencentes ao ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação, e que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste Edital e estejam de acordo com a legislação vigente.

**4.2** O protocolo da Proposta implica, independentemente de declaração expressa por parte do Licitante, a aceitação integral e irretratável dos termos deste Edital, seus anexos e instruções, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas, gerais ou especiais, aplicáveis. Obriga, ainda, à observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo

**4.3 É OBRIGATÓRIO** que todos os interessados inspecionem os locais destinados à reforma e ampliação do Hospital.

**4.3.1** A visita técnica tem como objetivo verificar as condições locais, avaliar a quantidade e a natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à execução do objeto da licitação, permitindo aos interessados colher as informações e subsídios que julgarem necessários para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, não cabendo a FUNDAÇÃO, nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.

**4.3.2** Poderão ser feitas tantas visitas técnicas quantas cada interessado considerar necessário. As visitas devem ser previamente agendadas através do e-mail [compras.publicas@faa.edu.br](mailto:compras.publicas@faa.edu.br), devendo ser realizadas até o 5º dia útil que antecederá à sessão pública.

**4.3.2.1** Após a visita, a Fundação fornecerá ao interessado o TERMO DE VISTORIA, documento indispensável para a habilitação neste certame.

**4.4. Não poderão disputar esta licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:**

**4.4.1.** O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo;

**4.4.2.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**4.4.2.1.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**4.4.3.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**4.4.4** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**4.4.5.** Terceiro que tenha auxiliado na condução desta contratação na qualidade de integrante da equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

**4.4.6.** Pessoa jurídica que estiver sob falência, dissolução ou liquidação;

**4.4.7.** Pessoa jurídica que possua objetivo social incompatível com a execução do objeto deste Edital.

**4.5.** Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei nº. 14.133, de 2021.

**4.6.** Como condição de verificação do atendimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, será efetuada consulta aos seguintes cadastros:

**4.6.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União ([portal.datatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis](http://portal.datatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis));

**4.6.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**4.6.3.** Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos (CADICON), mantidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:1174514524741::NO:3,4,6::>).

**4.7.** O impedimento de que trata o subitem 4.4.3 será também aplicado ao Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do Licitante.

## **5. DA GARANTIA DE PROPOSTA**

**5.1.** A licitante prestará garantia de proposta no valor correspondente a **1%** do valor estimado para execução dos serviços, nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/21, devendo ser apresentada em uma das modalidades previstas no art.96 § 1º da Lei n.º 14.133/21.

I - Caução em dinheiro;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária.

**5.1.1.** O prazo mínimo de validade da garantia de proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data de entrega da proposta;

**5.1.2.** A comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, será requisito de pré-habilitação.

**5.1.3.** O comprovante da garantia de proposta, em original, deverá ser entregue no **ENVELOPE Nº 1**, juntamente com os ENVELOPES de proposta técnica e de preços.

**5.1.3.1.** A **GARANTIA DE PROPOSTA** possui valor de **R\$ 13.462,47 (treze mil, quatrocentos e sessenta e dois mil reais e quarenta e sete centavos)**.

**5.1.4.** A garantia será recebida pelo Agente de Contratação e encaminhada para o setor de contabilidade para fins de registro.

**5.1.5.** A garantia de proposta prestada pela licitante vencedora será devolvida após a assinatura do contrato, observado o art. 58, §2º Lei Federal nº 14.133/21.

**5.1.6.** A garantia de proposta será liberada após expirado o seu prazo de validade ou, nos seguintes casos, decorrido o prazo de 10 (dez) dias úteis:

- a) assinatura do contrato;
- b) data em que for declarada fracassada a licitação.

## **6. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI nº 19.709/2018).**

**6.1.** Para finalidade da efetiva participação do LICITANTE no certame, a FUNDAÇÃO fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, zelar e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

**6.2.** O LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial a Lei nº 19.709/2018 (LGPD), empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

**6.3.** A FUNDAÇÃO e o LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 19.709/2018 (LGPD), e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

**6.4.** O LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei nº 19.709/2018 (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar (ANEXO IV).

## **7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**7.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação vigente ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

**7.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**7.3.** A impugnação e os pedidos de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: [compras.publicas@faa.edu.br](mailto:compras.publicas@faa.edu.br). Nos pedidos de esclarecimentos, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do Representante legal que solicitar esclarecimentos), por meio de ofício, informando os dados para retorno ao contato como e-mail, endereço e telefone.

**7.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**7.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão de Contratação, nos autos do processo de licitação.

**7.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**7.7.** A não-impugnação do edital, na forma e prazos definidos, acarreta a decadência do direito de discuti-lo na esfera administrativa, e implica aceitação e concordância das suas disposições e termos pelo licitante.

## **8. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO**

**8.1.** Na presente licitação, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

**8.2.** Os licitantes deverão apresentar dois envelopes, sendo:

- a) Envelope nº 01 da PROPOSTA COMERCIAL E A GARANTIA DE PROPOSTA; e
- b) Envelope nº 02 da DOCUMENTAÇÃO.

**8.3.** O recebimento do Envelope do subitem “a” do item 8.2, contendo a propostas de preços dos interessados, dar-se-á até às 09:00 Horas do dia 15/10/2025 no Campus Sede, Prédio do Conselho Diretivo da FAA, Sala de Reuniões - 3º Piso, Rua Sargento Vitor Hugo, 161 - Fátima- Valença/RJ.

**8.3.1.** Caso a licitante queira, poderá entregar o Envelope da Documentação junto ao da PROPOSTA COMERCIAL, porém não será mais possível a sua substituição ou a inclusão de outros documentos, após a sua entrega à Comissão de Contratação.



**8.4.** A abertura do Envelope da PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 09:05 horas do dia 06 de Outubro de 2025, em sessão pública, realizada no Prédio do Conselho Diretivo da FAA, Sala de Reuniões - 3º Piso da Fundação Educacional D. André Arcoverde.

**8.5.** O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública (art. 13, I da Lei nº 14.133/2021), sob pena de incursão no art. 337-J do Código Penal.

**8.6.** O recebimento do Envelope indicado no subitem “b” do item 8.2, contendo a documentação de HABILITAÇÃO, caso o licitante não tenha optado por entregá-lo conjuntamente com o envelope da PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á pelo prazo máximo de 10 minutos após a definição da melhor proposta e exigência da Comissão de Contratação.

**8.6.1.** Fica o licitante cientificado que após a entrega do envelope para a Comissão de Contratação, não será mais possível a sua substituição ou a inclusão de outros documentos.

**8.7.** Os envelopes contendo as propostas e os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados à Comissão de Contratação na data, horário e local designados para a realização da sessão pública de acordo com o preâmbulo deste Edital, em envelopes distintos e fechados.

**8.8.** As empresas licitantes poderão ser representadas no certame por seu sócio, proprietário ou dirigente, desde que apresente o original ou cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social e Ata de Eleição, atualizados, ou Registro Comercial, no caso de empresa individual, acompanhado de documento de identidade;

**8.8.1.** A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos para credenciamento, não impedirá a participação do licitante no presente certame, porém impedirá ao interessado de manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão, em nome do licitante;

**8.8.2.** A representação também poderá ser feita por procurador munido de instrumento público ou particular de Procuração ou por Carta de Credenciamento, assinada pelo representante legal da empresa e com firma reconhecida em cartório, conforme modelo do ANEXO VI deste edital, comprovando outorga de poderes necessários para a prática de todos os atos inerentes ao procedimento licitatório, juntamente com o documento de identidade do credenciado ou procurador e documento que comprove a representação legal do outorgante;

**8.8.3.** Serão admitidas a entrega de documentos em fotocópias sem autenticação cartorial, desde que as respectivas cópias sejam apresentadas à Comissão de Contratação para autenticação por semelhança aos documentos originais na data de abertura dos envelopes.

**8.8.4.** A possibilidade de autenticação por semelhança aos documentos originais, descrita no item acima não constitui aquisição de direito diferenciado do licitante e a FUNDAÇÃO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade da Comissão no momento da análise dos documentos.



**8.8.5.** O documento de Credenciamento deverá ser apresentado à Comissão de Contratação no início dos trabalhos, isto é, antes da abertura dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação, caso contrário, o representante somente poderá manifestar-se, quando apresentá-lo, sendo admitido que cada credenciado apresente apenas um representante licitante;

**8.8.6** O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto à Comissão de Contratação implica na presunção de sua capacidade e responsabilidade legal pelos atos praticados no presente certame;

**8.8.7** O credenciamento não constitui condição de habilitação, mas somente o representante credenciado poderá manifestar-se pela empresa.

**8.8.8** A não apresentação dos documentos para o credenciamento não inabilitará o licitante, mas o impedirá de realizar contrapropostas e lances lavrando-se, em ata, o impedimento.

**8.8.9** Cada representante poderá representar apenas um único licitante.

**8.8.10** Os proponentes deverão apresentar fora dos envelopes 01 e 02, a declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação deste Edital (ANEXO VII).

## **9. DA ABERTURA DA PROPOSTA COMERCIAL (ENVELOPE Nº01)**

**9.1.** A proposta poderá ser apresentada, em 01 (uma) via, em envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação, datada, assinada, de acordo com modelo de Carta de apresentação da proposta (ANEXO III), Planilha Modelo Para Cotação de preços (Anexo X) e Garantia de Proposta.

| <b>ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL</b>   |
|--|
| CONCORRÊNCIA Nº 001/2025<br>FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DOM ANDRÉ ARCOVERDE/ HOSPITAL ESCOLA LUIZ GIOSEFF<br>JANNUZZI<br>RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE<br>CNPJ DO LICITANTE |

**9.2.** A proposta deverá ser impressa sem acréscimos emendas, rasuras ou entrelinhas, observando-as normas do presente edital.

**9.3.** O conteúdo da proposta apresentada não poderá ser alterado, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, com exceção dos previstos neste Edital.

**9.4.** Serão corrigidos automaticamente pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, da seguinte forma:

I- O erro na multiplicação de preços unitários pelas quantidades correspondentes será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o produto;

II- O erro na adição será retificado, conservando-se as parcelas corretas e substituindo-se o total proposto pelo corrigido.

**9.4.1.** No caso de divergência entre o preço unitário e o total, prevalecerá o primeiro, entre o valor expresso em algarismo e por extenso será considerado válido o por extenso.

**9.5.** A proposta deverá conter preço unitário e total, por item, em reais, bem como o valor global em reais, com no máximo 02(duas) casas decimais após a vírgula.

**9.6.** Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas fora do prazo estabelecido nesta Concorrência Presencial.

**9.7.** A proposta de preços é formada pelos seguintes documentos e requisitos:

**9.7.1.** Carta de apresentação da proposta (Conforme ANEXO III);

**9.7.2.** Planilha de Orçamento, assinada pelo responsável pelo orçamento do Licitante, **com a cotação de preços do Licitante**, guardando absoluta fidelidade com a(s) Planilha(s) de Orçamento, ANEXO XII DO PRESENTE EDITAL.

**9.7.3.** Detalhamento das Composições de Preços Unitários de TODOS os itens constantes da(s) Planilha(s) de Orçamento, indicando os quantitativos de consumo de cada insumo que forma o custo unitário.

**9.7.4.** Detalhamento do cálculo das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI).

**9.7.5.** Cronograma Físico Financeiro.

**9.7.5.1.** O Licitante poderá apresentar Cronograma Físico Financeiro com prazo inferior ao estabelecido, desde que devidamente justificado. O Licitante não poderá, entretanto, pleitear, posteriormente, ou justificar aditamentos de prazo e/ou valor decorrentes desta eventual redução de prazo.

**9.7.5.2.** Declaração de fixação de prazo para a execução das obras e serviços, a partir da emissão da Ordem de Serviço, que não poderá ser superior ao prazo de execução fixado no Cronograma Físico-Financeiro.

**9.8.** Todos os documentos que compõem a proposta deverão ser assinados pelo representante legal da licitante e pelo responsável técnico da empresa (engenheiro ou arquiteto) de forma física ou eletrônica, sendo escolhido somente uma forma de assinatura para todos os documentos.

**9.8.1** Na ausência de rubricas ou assinaturas na proposta de preços, o representante legal/constituído da empresa estando presente e tendo poderes para tal devidamente credenciado, poderá efetuar as assinaturas na hora do certame.

**9.9.** Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas,

encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais e demais que se fizerem necessário para a execução total e completa do objeto desta licitação.

**9.10** Determinação do prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data fixada neste edital para sua entrega;

**9.11.** Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme modelo do Anexo V deste Edital.

**9.12** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais deste Edital e de seus Anexos, bem como as omissas e as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento. Consideram-se exigências essenciais as que não possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação de vontade do representante e aquelas cujo atendimento, nesse momento, possa representar risco de fraude aos princípios da licitação.

## **10. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL**

**10.1.** A Comissão de Contratação, procederá à abertura das propostas e fará a análise com auxílio da Equipe de Apoio, visando o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**10.2.** O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO, AFERIDO DE FORMA GLOBAL, observadas as exigências deste Edital e seus anexos.

**10.3.** Será desclassificada a Proposta que:

**10.3.1.** Contenha vícios insanáveis;

**10.3.2.** Não obedeça às especificações técnicas previstas neste edital;

**10.3.3.** Apresente preço inexequível;

**10.4.** A Comissão de Contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos Licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no §2º do art. 59 da Lei n.º 14.133/2021.

**10.5.** Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Fundação. Nesta situação, o Licitante terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua Proposta, demonstrando que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

**10.5.1.** A análise de exequibilidade da Proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante.

**10.6.** É facultado a Comissão de Contratação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da Proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação ou complementar a instrução do processo.

**10.7.** O Licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional ou correção de impropriedades deverá fazê-lo no prazo determinado pela Comissão de Contratação.

**10.8.** O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

**10.9.** O Licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação por ausência de condição ou impedimento à participação no certame.

**10.10.** Constatada a ausência de condições ou impedimentos à participação na licitação, o Licitante será reputado inabilitado.

**10.11.** A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada em ata.

**10.12. Seleção das propostas e etapa de lances:**

**10.12.1.** No Curso da sessão, todos os autores credenciados e que possuam representantes presentes, com proposta válida, poderão fazer lances verbais e sucessivos, sem limite de fornecedores, até a proclamação do vencedor.

**10.12.2.** A Comissão de Contratação convidará individualmente os autores das propostas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

**10.12.2.1.** Dada a palavra ao Licitante, este disporá de 01 minuto para apresentar nova proposta.

**10.12.3.** Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

**10.12.4** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será indicado pela Comissão de Contratação durante a sessão pública.

**10.12.5.** É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

**10.12.6.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Comissão de Contratação, implicará na exclusão do licitante das etapas futuras de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante excluído, para efeito de ordenação das propostas.

**10.12.7.** A exclusão do licitante dentro do estabelecido no item anterior o impedirá de dar novos lances verbais, mas não o excluirá do certame, podendo inclusive em caso de inabilitação do licitante vencedor, vir a ser consultado pela Comissão de Contratação para negociação, desde que o segundo menor preço seja o seu e assim sucessivamente.

**10.12.8.** Caso não haja lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o Agente de Contratação poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

**10.12.9.** Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas, na ordem crescente dos valores, considerando-se o último preço ofertado. A Comissão de Contratação verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com o valor de mercado, decidindo motivadamente, a respeito.

**10.12.10.** Ao ser definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Comissão, auxiliada pela equipe de apoio, **poderá** admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**10.12.10.1.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários

**10.12.11.** O critério de julgamento desta concorrência será o de MENOR PREÇO - GLOBAL.

**10.12.12.** Na hipótese de empate ficto, será assegurado o direito de preferência de contratação para os licitantes enquadrados como MEI, ME, EPP e cooperativas, que atenderem aos critérios definidos neste edital.

**10.12.12.1.** Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor, nos termos do §1º do Art. 44 da Lei Complementar 123 de 2006.

**10.12.13.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto lícitado;

**10.12.14.** Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta mais bem classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais MEI, ME, EPP e as cooperativas, cujos valores das propostas, se enquadrem na margem indicada no item 9.12.12.1.

**10.12.15.** Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação da licitação seja MEI, ME, EPP ou cooperativas, não será assegurado o direito de preferência, passando-se desde logo, à negociação do preço.

**10.12.16.** Sendo considerada aceitável a proposta do licitante que apresentou o Menor preço - Global, a Comissão de Contratação procederá à abertura **do envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO**, para verificação do atendimento das condições de habilitação.

**10.12.17.** Em caso de o licitante desatender às exigências habilitatórias, a Comissão de Contratação o inhabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital. Se a oferta classificada em primeiro lugar não for aceitável por apresentar preço excessivo, a Comissão de Contratação poderá negociar com o licitante classificado com vistas a obter preço melhor.

**10.12.18.** Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a Comissão de Contratação informará o licitante que estará apto a adjudicar o certame, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. A intenção de recorrer e os motivos apresentados pelo recorrente deverão ser registrados na ata da Sessão Pública. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

**10.12.19.** Da Sessão Pública da Concorrência será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pela Comissão de Contratação e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

## **11. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº2)**

**11.1.** Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado constando na parte frontal, as seguintes indicações:

| <b>ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>  |
|--|
| CONCORRÊNCIA Nº 001/2025<br>FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DOM ANDRÉ ARCOVERDE/ HOSPITAL ESCOLA LUIZ GIOSEFF<br>JANNUZZI<br>RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE<br>CNPJ DO LICITANTE |

**11.1.1.** Este envelope deverá conter documentos relativos à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação Econômico-financeira e à qualificação técnica descritas a seguir:

### **11.2. Da Habilitação jurídica:**

**11.2.1.** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

**11.2.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado atualizado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;



**11.2.3.** Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;

**11.2.4.** Ato constitutivo atualizado e devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades não empresariais, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

**11.2.5.** Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**11.2.7.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

**11.3. Da Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

**11.3.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, do Ministério da Fazenda;

**11.3.2.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver relativo à sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

**11.3.3.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional, bem como prova de regularidade Perante a Fazenda Estadual e Municipal.

**11.3.4.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

**11.3.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, ou de certidão positiva com efeitos de negativa.

**10.3.6** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, conforme Anexo VIII;

**10.3.7** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



**10.3.8** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

**11.4. Qualificação econômico-financeira:**

**11.4.1.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que demonstrem a situação financeira do Licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

**11.4.1.1.** As empresas com menos de um ano de existência devem apresentar Balanço de Abertura devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio do Licitante ou no órgão de registro equivalente.

**11.4.1.2.** Serão considerados, na forma da Lei, o balanço patrimonial (inclusive o Balanço de Abertura) e a demonstração contábil dos resultados dos dois últimos exercícios sociais assim apresentados:

- a. publicados em Diário Oficial; ou
- b. publicados em Jornal; ou
- c. por fotocópia do livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio do Licitante ou no órgão de registro equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou
- d. na forma de Escrituração Contábil Digital (ECD) instituída pela Instrução Normativa da RFB n.º 2.003/2021 e suas alterações.

**11.4.1.3.** Os balanços patrimoniais (inclusive o Balanço de Abertura) e demonstrações contábeis dos resultados dos últimos exercícios sociais deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

**11.4.2.** A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão apresentar o valor mínimo igual a 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}$$

$$SG = \frac{ATIVO TOTAL}{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}$$

$$LC = \frac{ATIVO CIRCULANTE}{PASSIVO CIRCULANTE}$$

**LIQUIDEZ SECA - (LS)**

**AC - ESTOQUE** \_\_\_\_\_ **PC**

**LIQUIDEZ IMEDIATA - (LI)**

**DISPONÍVEL** \_\_\_\_\_ **PC**

**NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO - NCG ATIVO CIR. OPER. - PASSIVO CIR. OPER.**

**ENDIVIDAMENTO**

**PC + ELP**

**ATIVO**

**11.4.2.1.** As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntados ao balanço apresentado.

**11.4.2.2.** Se fizer necessária atualização do balanço e/ou do capital social da empresa licitante, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

**11.4.2.3.** Quando os índices do Balanço Patrimonial não forem iguais ou superiores a 01 (um), poderá o licitante comprovar que possui capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo igual ou superior a 10% do valor estimado para contratação, por meio de documentos hábeis, que poderão ou não ser acatados pela Comissão Permanente de Licitação.

**11.4.3.4** Apresentação de certidão negativa de falência e concordata do licitante, expedida em no máximo 60(sessenta) dias pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

**11.5. Da Qualificação Técnica:**

**11.5.1.** Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificada pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) acompanhado da respectiva Certidão de Acerto Técnico (CAT), comprovando ter executado Obras do mesmo porte ou maior da presente licitação.

**11.5.2.** Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação.

**11.5.3.** Certidão expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região em que estiver vinculado o licitante, bem como, do responsável técnico, comprovando a sua regularidade, na forma da legislação vigente;

**11.5.4.** Apresentar cópia do registro profissional perante o CREA/CAU do responsável técnico que irá prestar os serviços contratados. Este deverá ser ligado aos quadros funcionais, permanentes da licitante;

**11.5.4.1.** Será considerado integrante do quadro permanente da licitante o profissional que for sócio, diretor, empregado ou responsável técnico da empresa perante o CREA/CAU. A comprovação de que integra o quadro permanente da licitante será feita em cada caso:

**11.5.4.2.** Sócio: através do Contrato Social e sua última alteração;

**11.5.4.3.** Diretor: através do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada, ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de S/A;

**11.5.4.4.** Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na Delegacia Regional do Trabalho – DRT;

**11.5.5.** Termo de Vistoria: fornecido pela Fundação, comprovando que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para a execução do objeto da licitação. (Conforme previsto no Anexo IX deste edital);

**11.5.6.** Alvará de funcionamento.

**11.5.7.** Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido pelo CREA, onde o responsável técnico da empresa participante do certame tenha executado em um único empreendimento hospitalar a aplicação de piso em manta vinílica em quantidade superior a 800m<sup>2</sup>.

**11.6.** Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no Original ou em fotocópia autenticada por cartório competente.

**11.6.1.** Os documentos sem validade expressos considerar-se-ão como sendo 60 (sessenta) dias da data de sua emissão.

**11.6.2** A apresentação dos documentos de habilitação será exigida somente do licitante como menor preço ofertado.

**11.6.3** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**11.7** A Comissão de Contratação, após abrir o envelope de DOCUMENTAÇÃO do licitante classificado em primeiro lugar, conferirá os documentos durante a sessão pública.

**11.8.** O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do §4º deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49, da citada Lei deverá comprovar sua condição de ME ou EPP, por meio de declaração, conforme modelo do Anexo XI deste edital;

## **12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**12.1.** O Licitante que desejar apresentar recurso em face dos atos de julgamento de Proposta ou de Habilitação deverá manifestar imediatamente a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

**12.2.** O licitante terá um prazo de 03 (três) dias úteis para interpor recurso, contado a partir da data de intimação ou da lavratura da ata de habilitação do licitante declarado vencedor. O recurso deverá ser enviado para o e-mail: [compras.publicas@faa.edu.br](mailto:compras.publicas@faa.edu.br).

**12.3.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso.

**12.4.** É assegurada aos Licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**12.5.** O recurso será dirigido a Comissão de Contratação, que, se não reconsiderar a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual proferirá decisão.

**12.6.** O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.7.** O recurso interposto em desacordo com as condições deste Edital e seus Anexos não será conhecido.

**12.8.** O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.9.** A falta de manifestação de intenção de recurso quanto for solicitada, autoriza a Comissão de Contratação a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

## **13. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**13.1.** Conforme art. 71 da Lei nº 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**13.2.** Ao pronunciar a nulidade, a Fundação indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa (art. 71, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**13.3.** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente comprovado (art. 71, § 2º, Lei nº 14.133/2021).

**13.4.** Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

**13.5.** A anulação do processo licitatório induz à anulação do contrato.

**13.6.** Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação ou revogação do processo licitatório.

## **14. DO CONTRATO**

**14.1.** No prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da convocação, o licitante homologado deverá assinar o termo de contrato com a FUNDAÇÃO do objeto licitado, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e neste edital.

**14.1.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Fundação.

**14.1.2.** O início da execução do objeto deverá ocorrer no prazo máximo de 20(vinte) dias corridos, após a emissão da ordem de serviço, e seus prazos deverão seguir conforme estabelecido no Cronograma físico-financeiro.

**14.2.** Será facultado à FUNDAÇÃO, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ocasião em que será realizada nova sessão pública, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**14.2.1.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do caput deste item, a FUNDAÇÃO, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**14.3.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**14.4.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Fundação caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

**14.4.1.** A regra do item 13.4 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados

na forma da letra “a” do subitem 13.2.1 deste edital.

**14.5.** Será facultada à FUNDAÇÃO a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos no item 13.2 e subitem 13.1.2, deste edital.

**14.6.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**14.7.** O prazo de execução da obra será de 12 (doze) meses e o de vigência do contrato será de 13 (treze) meses, contados do recebimento da ordem de serviços pelo CONTRATADA.

**13.7.1** O prazo de vigência será prorrogado, por meio de Termo Aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADA, previstas neste instrumento.

**14.8.** As cláusulas do contrato estarão dispostas no modelo do contrato anexo a este edital.

## **15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**15.1.** Para garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a licitante vencedora prestará garantia no valor de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, no prazo de 10 dias úteis, contados da convocação, numa das modalidades abaixo:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;



II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**15.2.** Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no contrato e na regulamentação vigente, a garantia poderá ser utilizada para o pagamento de:

**15.2.1.** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

**15.2.2.** Prejuízos causados à Fundação ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

**15.2.3.** Multas aplicadas pela Fundação à CONTRATADA;

**15.2.4.** Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas, na hipótese da Fundação ser incluída no polo passivo de ações propostas pelos colaboradores do CONTRATADA.

**15.3.** A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 60 (sessenta) dias após o término da vigência contratual.

**15.4.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, nas mesmas condições e parâmetros da contratação, evitando-se a interrupção da continuidade da cobertura pela garantia.

**15.5.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**15.6.** Será considerada extinta e liberada a garantia:

**15.6.1.** Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Fundação de que a CONTRATADA cumpriu todas as obrigações contratuais;

**15.6.2.** No prazo de 60(sessenta) dias após o término da vigência do contrato, caso a Fundação não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

## **16. DAS NORMAS AMBIENTAIS**

**16.1.** A CONTRATADA deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando pelos danos causados ao meio ambiente, por ação ou omissão, decorrentes da execução do contrato e condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental competente, nos termos da legislação pertinente.



**16.2.** A CONTRATADA responderá pelos crimes ambientais que praticar nos termos da legislação vigente.

## **17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**17.1.** O objeto será recebido (artigo 140, *caput*, da Lei nº 14.133/2021):

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) Definitivamente, pela comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**17.2.** O recebimento provisório acontecerá imediatamente após a finalização da obra

**17.3.** O recebimento definitivo acontecerá em até 30 (trinta) dias consecutivos contados do recebimento provisório.

**17.4.** O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato (art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**17.5.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (art. 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

**17.6.** Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do CONTRATADA (art. 140, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

**17.7.** O recebimento definitivo pela FUNDAÇÃO não eximirá o CONTRATADA, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o CONTRATADA ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias (art. 140, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

## **18. DAS MEDIÇÕES/PAGAMENTO**

**18.1.** A obra deverá ser executada, **obedecendo** a planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e projetos.

**18.1.1.** Os serviços/materiais serão medidos, conforme executados e estejam de acordo com as especificações técnicas e o cronograma físico financeiro do contrato.

**18.1.2.** Os serviços/materiais não aceitos pela Fiscalização não serão objeto de medição.

**18.1.3.** As medições serão elaboradas considerando os serviços executados mensalmente pela Fiscalização, com a participação da Contratada, exceto a primeira e a última medições, que poderão ter períodos proporcionais às datas de início e término da obra, ou aquelas realizadas antes e depois de uma possível suspensão temporária dos serviços.

**18.1.4.** A medição dos serviços e obras deverá ser baseada em relatórios periódicos elaborados pela CONTRATADA, onde serão registrados os levantamentos, memória de cálculo e gráficos necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados no mês e o acumulado desde o início da obra, bem como a indicação dos setores e áreas do empreendimento em que o serviço está sendo aferido.

**18.1.5.** Este relatório deve conter evolução do cronograma, lista detalhada dos materiais utilizados durante o período de medição, bem como Relatório Fotográfico com legendas que permitam verificar a execução das etapas previstas.

**18.1.6.** A Administração Local (AL) será medida proporcionalmente ao valor de cada medição de serviços efetivamente executados.

**18.1.7.** Em nenhuma hipótese poderá haver:

**18.1.7.1..** Antecipação de medições de serviços; ou

**18.1.7.2.** Medição de serviços sem a devida cobertura contratual.

**18.2.** O pagamento será efetuado rigorosamente de acordo com o cronograma Físico-Financeiro, após as certificações do serviço executado. O respectivo pagamento será efetuado através de depósito bancário na conta corrente indicada pela **CONTRATADA**.

**18.3.** - O prazo máximo para a efetivação do pagamento de cada parcela será de até 30 (trinta) dias após a conclusão e aceite das etapas executadas, mediante apresentação de Fatura/Nota Fiscal, devidamente discriminada, que será conferida e atestada pela Comissão Técnica designada para recebimento do(s) serviço(s).

**18.4.** O pagamento de cada parcela estará condicionado à apresentação das certidões de regularidade junto ao INSS, FGTS, bem como perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

**18.5.** A última parcela ocorrerá quando do recebimento definitivo do empreendimento CONTRATADA, mediante apresentação da Nota Fiscal de Serviços, devidamente atestada pelos Responsáveis Técnicos da **CONTRATANTE** e prova da manutenção das condições de habilitação previstas neste edital.

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**19.1.** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

**19.2.** Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

**19.3.** Analisar e aprovar o projeto das instalações provisórias e canteiro de serviço apresentados pela Contratada no início dos trabalhos.

**19.4.** Indicar o local de instalação da placa da obra, verificar a sua instalação no prazo estabelecido.

**19.5.** Acompanhar as condições de organização, segurança dos trabalhadores e das pessoas que transitam no canteiro da obra, de acordo com norma própria (ABNT), exigindo da Contratada as correções necessárias.

**19.6.** Exigir da Contratada o uso por todos os seus operários, bem como dos seus prestadores dos serviços Contratados, de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), compatíveis com os serviços em execução e de acordo com a legislação vigente.

**19.6.1.** Exigir da Contratada, quando do início dos serviços, o envio dos documentos relativos ao cumprimento das normas de segurança do trabalho, sendo:

**19.6.1.1.** PGR vigente;

**19.6.1.2.** PCMSO vigente;

**19.6.1.3.** Cartões de Vacina atualizados de todos os prestadores de serviço que atuarão na instituição;

**19.6.1.4.** Certificados de Treinamentos Aplicáveis. Ex: Trabalho em Altura (NR35), Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade (NR10), etc;

**19.6.1.5.** Atestados de Saúde Ocupacional, evidenciando que os colaboradores estão aptos a exercerem suas atividades, incluindo as atividades especiais (NR 35, NR 33, NR 10, etc);

**19.6.1.6.** Ficha de Registro dos funcionários na empresa prestadora de serviço;

**19.6.1.7.** Ficha de Distribuição de EPIs atualizadas, de todos os prestadores de serviço que atuarão na instituição.

**19.6.2.** Esta exigência se aplicará aos subcontratados pela Contratada

**19.7.** Providenciar as necessárias licenças, aprovações e registros específicos junto aos órgãos competentes, inclusive quando houver necessidade de execução de serviços de desmatamento; cortes de árvores.

**19.8.** Acompanhar todas as etapas de execução e liberar a etapa seguinte.

**19.9.** Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços e obras em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da Contratada com as atividades de outras empresas ou profissionais eventualmente contratados pelo Contratante.

**19.10.** Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, sempre com a participação e anuência de um colaborador especialmente designado pela FUNDAÇÃO, solicitando, quando necessário, a presença dos autores dos projetos no canteiro da obra.

**19.11.** Solicitar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços e obras.

**19.12.** Paralisar e/ou solicitar que seja refeito qualquer serviço que não seja executado em conformidade com projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato.

**19.13.** Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições.

**19.14.** Exigir da Contratada a substituição dos profissionais, caso seja constatada a sua inadequação para conduzir os serviços conforme especificado, ou exigir maior número de profissionais ou equipamentos para recuperar atrasos de cronograma.

**19.15.** Aplicar as sanções previstas neste edital.

**19.16.** Consultar os órgãos/concessionárias de serviço sobre a capacidade de atendimento à obra/serviço pelas redes públicas de energia elétrica, água e esgoto.

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**20.1.** São obrigações da Contratada, sem prejuízo de outras implícitas nos Anexos do Edital de Licitação:

**20.2.** Iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 10(dez) dias corridos, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Início dos serviços.

**20.3.** Permitir e facilitar o exercício das funções da FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO.

**20.4.** Acatar as orientações da FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO com relação à obra/serviço.

**20.5.** Manter, na vigência do contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e classificação no processo licitatório, em especial a equipe de técnicos, indicada para fins de capacitação técnica profissional, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência superior, desde que aprovada pela FUNDAÇÃO.

**20.6.** Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às disposições do Edital de Licitação e do Contrato, às Normas Técnicas aplicáveis, às Especificações Técnicas, aos Projetos.

**20.7.** Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, civis, previdenciários e trabalhistas, decorrentes da execução do Contrato.

**20.8.** Ser responsável civil pela obra/serviço e manter a frente dos trabalhos o(s) Responsável(is) Técnico(s) indicado(s) na licitação da obra, que deverá ter todo poder para representá-la junto da FUNDAÇÃO.

**20.9.** Programar, quando solicitado, visita ao local da obra/serviço, em conjunto com a FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO.

**20.10.** Manter no local da obra o “Diário de Obras” atualizado, no qual deverão ser feitas anotações diárias referentes às particularidades e ocorrências da obra, reclamações, advertências e questões de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes, bem como, sobre o andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão de obra, etc, registrando, em especial: Pessoal efetivo, descrevendo a quantidade e função. Descrição das atividades e frentes de serviço em desenvolvimento. Equipamentos disponíveis. Avanço físico da obra. Registros de ensaios de qualidade dos materiais empregados. Registros quanto as ações de Segurança do Trabalho. Anotações do Responsável Técnico da obra. Anotações da FISCALIZAÇÃO da Fundação Benjamin Guimarães. Informações climáticas. Acidentes de trabalho, e outros.

**20.11.** Apresentar a FUNDAÇÃO, no prazo de até 10 (dez) dias corridos contado a partir da data estabelecida na Ordem de Início dos serviços, a Anotação da Responsabilidade Técnica (ART) de execução da obra junto ao CREA/RJ ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CAU BR.

**20.12.** Apresentar a FUNDAÇÃO, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contado a partir da data estabelecida na Ordem de Início dos serviços, o comprovante da matrícula no Cadastro Nacional de Obras (CNO), conforme Instrução Normativa IN RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018, da Receita Federal do Brasil.

**20.13.** Analisar os projetos e, uma vez identificada quaisquer inconformidade e/ou incompatibilidade, comunicar a FUNDAÇÃO, no prazo de até 03 (Três) dias corridos, contado da data de recebimento da Ordem de Início dos serviços, para adoção, em tempo hábil, das providências cabíveis.

**20.14.** Encaminhar a FUNDAÇÃO, quando identificada a necessidade da prorrogação do prazo de execução da obra, solicitação de aditivo ao Contrato, até 90 (noventa) dias corridos antes do seu vencimento, mediante apresentação formal de motivos estritamente técnicos ou supervenientes que a justifiquem, acompanhado do novo prazo proposto, para análise e aprovação.

**20.15.** Executar todo e qualquer serviço extra, alterações de projetos ou especificações, somente após a formalização do respectivo termo aditivo, salvo os de emergência, necessários à estabilidade ou segurança da obra, do pessoal, ou de edificações vizinhas, comunicando imediatamente à FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO sobre o fato.

**20.15.1.** Tais serviços somente serão aceitos como de emergência se assim forem caracterizados posteriormente pela FUNDAÇÃO e serão medidos e quantificados de acordo com a qualificação de mão de obra e quantidade de materiais e equipamentos utilizados, sempre de acordo com as especificações, normas e procedimentos da Fundação Educacional D. André Arcoverde.

**20.16.** Comunicar à FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO a ocorrência de quaisquer atos, circunstâncias ou anormalidades, que ponham em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de execução dos serviços, propondo as ações corretivas necessárias.

**20.17.** Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços sob sua responsabilidade, apontados ou não pela FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO.

**20.18.** Cumprir as normas de proteção à saúde e segurança dos trabalhadores e de terceiros no perímetro da obra.

**20.19.** Determinar o uso obrigatório, por todos os seus operários, bem como dos prestadores dos serviços contratados, de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), compatíveis com os serviços em execução e de acordo com a legislação vigente.

**20.19.1.** Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA o custo desses Equipamentos.

**20.20.** Enviar à Fundação, no prazo de até 05(cinco) dias de antecedência do início da execução dos serviços os seguintes documentos:

- I. PGR vigente;
- II. PCMSO vigente;
- III. Cartões de Vacina atualizados de todos os prestadores de serviço que atuarão na instituição;
- IV. Certificados de Treinamentos Aplicáveis. Ex: Trabalho em Altura (NR35), Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade (NR10), etc;
- V. Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), evidenciando que os colaboradores estão aptos a exercerem suas atividades, incluindo as atividades especiais (NR 35, NR 33, NR 10, etc);
- VI. Ficha de Registro dos funcionários na empresa prestadora de serviço;
- VII. Ficha de Distribuição de EPIs atualizadas, de todos os prestadores de serviço que atuarão na instituição.

**20.20.** Manter seus empregados, quando nas dependências da FUNDAÇÃO, devidamente identificados com crachá subscrito pela Contratada.

**20.21.** Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade, resistência e estabilidade dos serviços que executar, respondendo pela exatidão dos estudos, cálculos e sejam eles fornecidos ou não pela FUNDAÇÃO.

**20.22.** Executar qualquer atividade, trabalho ou serviços noturnos ou em horários especiais **somente com autorização prévia** da FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO.

**20.22.1.** O trabalho noturno não será considerado ônus da FUNDAÇÃO, cabendo à Contratada absorver esse custo adicional.

**20.22.2.** A obra será executada em um Hospital que estará em pleno funcionamento. Portanto, é imprescindível que a Contratada planeje e organize a execução dos serviços de forma a minimizar os impactos nas atividades hospitalares. A obra deverá ser executada em etapas, planejada em conjunto com a Contratante, garantindo a continuidade dos serviços.



**20.22.3.** A Contratada deverá prever a realização de atividades construtivas em horários noturnos, finais de semana e feriados, sempre que necessário, para evitar a interrupção dos serviços de saúde e minimizar o incômodo aos pacientes, funcionários e visitantes do Hospital.

**20.23.** Providenciar toda a sinalização necessária à execução da obra, no sentido de resguardar a integridade dos serviços executados e evitar qualquer tipo de acidente.

**20.24.** Armazenar os materiais empregados na obra em local apropriado e organizado, de forma a evitar a sua contaminação, inclusive a do meio ambiente, de modo a não prejudicar o trânsito de pessoas, a circulação do material e a não provocar empuxos e sobrecargas excessivas nas estruturas.

**20.25.** Remover o entulho, lixo e todos os materiais que sobram, promovendo a limpeza do local da obra, durante todo o período de sua execução e, especialmente, ao seu final, dando destinação em conformidade com as exigências legais.

**20.26.** Responsabilizar-se pela gestão dos resíduos decorrentes da execução da obra, em conformidade com a Resolução do CONAMA nº 307/2002, cuidando do transporte dos materiais inaproveitáveis e entulhos, resultantes de escavações, perfurações e demolições, quer no local da obra, quer para outro local.

**20.27.** A Contratada deverá implementar todas as medidas necessárias para assegurar a salubridade e segurança dos ambientes hospitalares durante a execução da obra. Isso inclui, mas não se limita a:

- a. Isolamento eficaz das áreas em obra para prevenir a dispersão de poeira e detritos.
- b. Controle rigoroso de ruídos para minimizar o impacto sobre os pacientes e funcionários.
- c. Limpeza e organização contínua do canteiro de obras e das áreas adjacentes.
- d. Adoção de barreiras físicas e sistemas de ventilação adequados para evitar a contaminação dos ambientes hospitalares.

**20.27.1.** Todas as medidas adotadas pela Contratada deverão estar em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela FUNDAÇÃO. A Contratada deverá seguir rigorosamente os protocolos de controle de infecção hospitalar para garantir um ambiente seguro e salubre para pacientes, funcionários e visitantes.

**20.27.2.** A Contratada deverá realizar monitoramento e avaliação contínuos das condições de salubridade e segurança nas áreas em obra e nos ambientes adjacentes. Quaisquer desvios ou não conformidades deverão ser corrigidos imediatamente, com a devida comunicação à FUNDAÇÃO e à equipe de fiscalização.

**20.27.3.** A Contratada deverá garantir que todos os seus funcionários e subCONTRATADAS envolvidos na execução da obra sejam devidamente orientados sobre as práticas de segurança e salubridade, conforme as normas da CCIH. Orientações específicas deverão ser realizadas para reforçar a importância dessas medidas.



**20.28.** Manter vigilância na obra e assegurar até o seu recebimento pela FUNDAÇÃO, a proteção e conservação de tudo que já tiver sido executado.

**20.29.** Responsabilizar-se por danos e prejuízos causados a pessoas e propriedades em decorrência dos trabalhos de execução de obras e instalações, correndo às suas expensas sem responsabilidade ou ônus algum para a FUNDAÇÃO, o ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam motivar.

**20.30.** Desenvolver, simultaneamente à execução dos serviços, o Projeto As Built - como construído - com todas as especificidades e alterações promovidas no projeto original da obra se for o caso.

**20.30.1.** Entregar ao final da obra, como condição para liberação da medição final, o Projeto As Built consolidado e completo, sendo 02 (duas) vias em meio magnético e 01 (uma) cópia plotada e assinada pelo responsável técnico da Contratada.

**20.30.2.** No caso de não haver nenhuma alteração, a Contratada apresentar declaração, de que a obra foi executada integralmente em conformidade com o Projeto original.

**20.31.** Providenciar, tão logo a obra seja concluída, a baixa da matrícula no Cadastro Nacional de Obras (CNO), da Receita Federal do Brasil.

## **21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**21.1.** O licitante será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

**21.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**21.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à FUNDAÇÃO;

**21.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;

**21.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**21.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**21.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro dos prazos estipulados neste edital;

**21.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**21.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**21.1.9.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**21.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**21.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**21.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

I- Advertência;

II- Multa;

III- Impedimento de licitar e contratar com a Fundação;

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Fundação.

**21.3.** A sanção de advertência será aplicada na hipótese do cometimento da infração prevista no item 20.1.1.

**21.4.** A sanção de multa poderá ser aplicada isoladamente ou cumulativamente com as demais penalidades, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

**21.5.** A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Fundação será aplicada na hipótese do cometimento das infrações previstas nos itens 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7.

**21.6.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Fundação será aplicada na hipótese do cometimento das infrações previstas nos itens 20.1.8, 20.1.9, 20.1.10, 20.1.11.

**21.7.** Previamente à aplicação das sanções previstas nos itens II, III e IV, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**21.7.1.** Para análise da aplicação das sanções previstas nos itens III e IV, a Comissão de Contratação instaurará processo de responsabilização, que avaliará os fatos e as circunstâncias conhecidos, devendo o interessado especificar as provas que produzirá.

**21.8.** . A multa será cobrada da seguinte forma:

a) Retido dos pagamentos firmados com a contratada, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com a CONTRATADA;

b) Descontado do valor da garantia prestada;

c) Cobrado judicialmente.

**21.9.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **22. DO REAJUSTE**

**22.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data da proposta vencedora.

**22.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**22.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.

## **23. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**23.1.** A licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Fundação revogá-la por oportunidade e conveniência ou razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, pela própria Fundação ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**23.2.** A participação do licitante implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste Edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

**23.3.** . A apresentação da proposta implica para o licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**23.4.** Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Contratação, com observância da legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021.

**23.5.** Esta Concorrência Presencial poderá ter a data de abertura da sessão pública alterada por conveniência da FUNDAÇÃO.

**23.6.** Todo o material produzido e compilado durante a execução do Contrato será de propriedade da FUNDAÇÃO, sendo proibida a reprodução ou divulgação, no todo ou em parte desse acervo, sem prévia autorização.

**23.7** Incumbirá à Fundação a publicação deste edital no DOU, para publicização deste edital.

**23.8.** Fica escolhido como foro para dirimir qualquer demanda existente a Comarca de Valença/RJ.

## **24. DOS ANEXOS**

**24.1.** Integram o presente Edital os anexos:

ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO II - Termo de Referência;

ANEXO III - Carta de apresentação da Proposta;

ANEXO IV - Declaração de Ciência e Observância à Lei Geral de Proteção de Dados

ANEXO V - Elaboração Independente de Proposta

ANEXO VI - Carta de Credenciamento;

ANEXO VII - Declaração Requisitos de Habilitação;

ANEXO VIII – Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º da CF

ANEXO IX- Termo de Vistoria

ANEXO X - Documentos Diversos.


ANEXO XI – Declaração de Condição de ME ou EPP

ANEXO XII – Projetos Básicos

ANEXO XIII- Planilha Modelo Para Cotação de Preços

ANEXO XIV- Minuta do Contrato.

Valença, 10 de Setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente  
 **JORGE RODRIGUES PINTO JUNIOR**  
Data: 10/09/2025 13:59:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Jorge Rodrigues Pinto Junior**  
Presidente da Comissão de Contratação

## ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**Obs.:** Acesso para downloads e consultas no link:

[https://drive.google.com/drive/folders/10nbCYyLhdFSzZZLptwgp0djMuEjFzN\\_q?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/10nbCYyLhdFSzZZLptwgp0djMuEjFzN_q?usp=sharing)

## **ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

**Obs.:** Acesso para downloads e consultas no link:

[https://drive.google.com/drive/folders/10nbCYyLhdFSzZZLptwgp0djMuEjFzN\\_q?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/10nbCYyLhdFSzZZLptwgp0djMuEjFzN_q?usp=sharing)

**ANEXO III****CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº  
01/2025**

|                  |
|------------------|
| Nome da Empresa: |
| CNPJ:            |
| Endereço:        |

Apresentamos nossa proposta para a Fundação Dom André Arcoverde/Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi, modalidade Concorrência Presencial nº 01/2025, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo especifica:

| Item | Especificação  | Unid. | Quantidade | Preço Global |
|------|--|-------|------------|--------------|
| 01   | <b>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO HOSPITAL ESCOLA LUIZ GIOSEFFI JANNUZZI</b> , localizado na Rua Dom José Costa Campos, nº. 142, Bairro Centro, Valença/RJ, com fornecimento de materiais necessários (equipamentos, peças, materiais de consumo, insumos e mão de obra), conforme memorial descritivo/cálculo e projetos anexos ao Edital | Unid. | 1,0        |              |

Valor total da proposta de preços R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Obs.: Os valores cotados deverão ser líquidos, já com descontos ou deduções que a proponente queira ofertar ou quaisquer despesas, encargos de ordem geral, previdenciária, trabalhista, demais tributos, seguros, fretes e todas as outras necessárias à execução da obra.



Os serviços serão prestados conforme memorial descritivo, projetos e planilha orçamentária o qual consta em anexo ao edital. No serviço estão inclusas despesas com mão de obra para retirada/remoção de estrutura existente, mão de obra para a instalação de estrutura nova e demais despesas para a perfeita entrega dos serviços.

Declaramos que o item ofertado atende a todas as especificações descritas no edital.

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL:** 60 (sessenta) dias, a iniciar no dia da abertura da sessão.

Local e Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

---

**NOME E CPF**

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE**

**Entregar dentro do envelope de nº 01.**

## ANEXO IV

### **DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E OBSERVÂNCIA À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

Para finalidade da efetiva participação da LICITANTE no certame, a Fundação Dom André Arcoverde/Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, zelar e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

A LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial a regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018, empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

A LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.

Local e Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

**NOME E CPF**

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE**

**Entregar dentro do envelope de nº 02.**

**ANEXO V****ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

\_\_\_\_\_ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº

\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por intermédio de seu(a)  
representante legal, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº

\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da lei, em  
especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1. a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
3. que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;
4. que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;
5. que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
6. que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

NOME E CPF

ASSINATURA DO REPRESENTANTE

**Entregar dentro do envelope de nº 01.**

**ANEXO VI****CARTA DE CREDENCIAMENTO**

**“COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO”**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO HOSPITAL ESCOLA LUIZ GIOSEFFI JANNUZZI, localizado na Rua Dom José Costa Campos, nº. 142, Bairro Centro, Valença/RJ, com fornecimento de materiais necessários (equipamentos, peças, materiais de consumo, insumos e mão de obra), conforme memorial descritivo/cálculo e projetos anexos ao Edital.**

A \_\_\_\_\_ (nome da empresa), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, credencia como seu representante o Sr.(a) \_\_\_\_\_ portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes nesta Concorrência, na sessão pública de julgamento.

Local e Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

**NOME E CPF**

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE**

**Entregar fora dos envelopes de nº 01 e 02, logo após o credenciamento.**

**ANEXO VII****DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO HOSPITAL ESCOLA LUIZ GIOSEFFI JANNUZZI, localizado na Rua Dom José Costa Campos, nº. 142, Bairro Centro, Valença/RJ, com fornecimento de materiais necessários (equipamentos, peças, materiais de consumo, insumos e mão de obra), conforme memorial descritivo/cálculo e projetos anexos ao Edital.**

A \_\_\_\_\_ (nome da empresa), CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, por seu(a) representante legal \_\_\_\_\_ portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.

Local e Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

NOME E CPF

ASSINATURA DO REPRESENTANTE

**Entregar fora dos envelopes de nº 01 e 02, logo após o credenciamento.**

**ANEXO VIII****DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO ART. 7º, DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)

\_\_\_\_\_, portador do Documento de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o nº.

\_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

(\_\_\_\_\_) Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.  
(OBSERVAÇÃO: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

Assinatura (representante legal): Nome legível:

Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a empresa.

**Entregar dentro do envelope de nº 02.**



**ANEXO IX****MODELO DO TERMO DE VISTORIA**

(em papel timbrado da Fundação Dom André Arcoverde – Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi)

**Concorrência 001/2025**

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.

\_\_\_\_\_, através do Sr. \_\_\_\_\_, Cédula de Identidade nº. \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_\_, CPF nº. \_\_\_\_\_, devidamente identificado, tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações relativas ao objeto do processo licitatório em epígrafe, através de vistoria nas instalações, assim no local onde será prestado o respectivo serviço, mediante inspeção e coleta de informações de todos os dados e elementos que possam vir a influir no valor da proposta a ser oferecida na execução dos trabalhos pertinentes, sendo que este “Termo” equivalerá à aceitação das especificações técnicas insertas em todos os anexos e do respectivo Edital. Na hipótese de discordâncias com tais especificações a (o) interessada (o) deverá apresentá-las em tempo hábil, os quais não serão aceitos após a abertura do certame, cujas diferenças não impugnadas ou questionadas serão arcadas pela proponente.

**[Local e data:]**

\_\_\_\_\_

**[Assinatura do Representante Legal e carimbo da Empresa]**

**DADOS DA EMPRESA:**

**RAZÃO SOCIAL: ENDEREÇO:**

**TELEFONE:**

**IDENTIFICAÇÃO DO VISTORIANTE: NOME COMPLETO:**

**IDENTIDADE:**

**Entregar dentro do envelope de nº 02.**

## ANEXO X

### DOCUMENTOS DIVERSOS

**Obs.:** Acesso para downloads e consultas no link:

[https://drive.google.com/drive/folders/10nbCYyLhdFSzZZLptwgp0djMuEjFzN\\_q?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/10nbCYyLhdFSzZZLptwgp0djMuEjFzN_q?usp=sharing)

#### 1- Documentos Diversos

- a) Planilha orçamentária
- b) Memória de Cálculo
- c) Cronograma Físico Financeiro
- d) Memorial descritivo

**ANEXO XI****MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP CONCORRÊNCIA 001/2025**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº.

\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr. (a)

\_\_\_\_\_, portador do Documento de  
Identidade nº. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº.

\_\_\_\_\_DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os  
requisitos legais para qualificação como \_\_\_\_\_(incluir a  
condição da empresa: Micro Empresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP), art. 3º da  
Lei Complementar 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do §4º  
deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a  
49 da citada lei.

(☐) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos  
utilizar o prazo previsto no art. 43, §1º da Lei Complementar 123/2006, para regularização,  
estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às  
sanções previstas na 14.133/2021.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_de 2025

(assinatura do representante legal)

**Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.**

**Entregar dentro do envelope de nº 01.**

## ANEXO XII

### PROJETOS BÁSICOS

**Obs.:** Acesso para downloads e consultas no link:

[https://drive.google.com/drive/folders/10nbCYyLhdFSzZZLptwgp0djMuEjFzN\\_q?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/10nbCYyLhdFSzZZLptwgp0djMuEjFzN_q?usp=sharing)

- 1 Projetos Arquitetônicos
- 2 Projetos Complementares
- 3 Projeto Elétrico
- 4 Projeto Estrutural
- 5 Projeto Hidráulico

## ANEXO XIII

### **PLANILHA MODELO PARA COTAÇÃO DE PREÇOS**

Planilha Modelo Para Cotação

Deverá ser entregue no envelope nº01 (Proposta Comercial) esta Planilha Modelo Para Cotação devidamente preenchida com todos os preços (Unitários e Valor total) juntamente com a Carta de Apresentação de Proposta (ANEXO III)

Acesso a Planilha Modelo Para Cotação:

[https://drive.google.com/drive/folders/10nbCYyLhdFSzZZLptwgp0djMuEjFzN\\_q?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/10nbCYyLhdFSzZZLptwgp0djMuEjFzN_q?usp=sharing)

**Entregar dentro do envelope de nº 01.**

## ANEXO XIV

### MINUTA DE CONTRATO

**Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram a Fundação D. André Arcoverde – Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi e a empresa ....., decorrente da Concorrência nº. 001/2025.**

A Fundação D. André Arcoverde, fundação privada inscrita no CNPJ sob o n. 32.354.011/0001-66, sediada e estabelecida na rua Sargento Vitor Hugo, n. 161, bairro de Fátima, Valença-RJ, mantenedora do Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi, neste ato denominada CONTRATANTE, representada por seu Presidente José Rogério Moura de Almeida Neto, brasileiro, casado, .....identidade nº ....., CPF nº. , e a empresa , CNPJ/MF nº....., sediada na Rua , neste ato denominada CONTRATADA, representada por , (nacionalidade, estado civil, profissão), identidade nº , CPF n. , nº....., celebram o presente instrumento de contrato em decorrência da **CONCORRÊNCIA Nº. 001/2025**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** - O presente Contrato tem por objeto a **Prestação de Serviços comuns de Engenharia Civil , em regime de empreitada por PREÇO GLOBAL**, com prazo determinado para Contratação de Empresa para Execução de Serviços de Reforma do Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi, com o fornecimento materiais necessários (equipamentos, peças, materiais de consumo, insumos e mão de obra), conforme memorial descritivo/cálculo e projetos anexos ao Edital, de acordo com as especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar – ETP (ANEXO I) e Termo de Referência (ANEXO II) a este Edital.

**1.2** - Integram este contrato, independentemente de transcrição, o Edital, seus anexos e a Proposta Comercial da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO DO CONTRATO**

**2.1** O gerenciamento desta contratação ficará a cargo da Gerência Operacional da Fundação D. André Arcoverde, a qual deverá dirimir quaisquer dúvidas surgidas no curso de sua execução, exercendo em toda sua plenitude ação fiscalizadora.

**2.2** A fiscalização desta contratação ficará a cargo da Coordenação de Engenharia da FAA, que deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**2.3** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e normas legais.



**2.4** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**2.5** O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO**

**3.1** O preço global do presente contrato é de R\$ .....( ) no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da **CONTRATADA**.

**3.2** O pagamento será efetuado rigorosamente de acordo com o cronograma Físico-Financeiro, após as certificações do serviço executado. O respectivo pagamento será efetuado através de depósito bancário na conta corrente indicada pela **CONTRATADA**.

**3.3** - O prazo máximo para a efetivação do pagamento de cada parcela será de até 30 (trinta) dias após a conclusão e aceite das etapas executadas, mediante apresentação de Fatura/Nota Fiscal, devidamente discriminada, que será conferida e atestada pela Comissão Técnica designada para recebimento do(s) serviço(s).

**3.3.1** O pagamento de cada parcela estará condicionado à apresentação das certidões de regularidade junto ao INSS, FGTS, bem como perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

**3.4** - A última parcela ocorrerá quando do recebimento definitivo do empreendimento **CONTRATADA**, mediante apresentação da Nota Fiscal de Serviços, devidamente atestada pelos Responsáveis Técnicos da **CONTRATANTE** e prova da manutenção das condições de habilitação previstas neste edital.

**3.5** - A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela **CONTRATADA** em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal, acrescida das seguintes informações:

**3.5.1** - Indicação do objeto do contrato;

**3.5.2** - Indicação do Contrato de Repasse nº 960397/2024/MS/CAIXA, celebrado entre a Fundação Educacional D. André Arcoverde e Ministério da Saúde/Caixa Econômica Federal, originário dos recursos para o presente contrato;

**3.5.3** - Indicação da fase do cronograma físico-financeiro a que se refere o faturamento (quando for o caso);

**3.4.4** - Destaque conforme regulação específica das retenções Incidente sobre o faturamento (ISS, INSS, IRRF e outros), se houver;

**3.4.5** - Dados Bancários da **CONTRATADA**: Banco, Agência, Conta-Corrente, Código de Identificação (se houver);



**3.4.6** - Em caso de irregularidade na emissão de documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da sua reapresentação, desde que devidamente regularizados;

**3.5** - São condições para que a Fundação efetue qualquer liquidação e pagamento de despesa do contrato:

**3.5.1** - Documento fiscal emitido conforme o disposto no item 3.4;

**3.5.2** - Regularidade fiscal para com as fazendas Federal, Estadual, Municipal, Seguridade Social, e FGTS, considerada na data de liquidação de despesa;

**3.6** - Existência de garantia atendendo às exigências constantes neste contrato, sem que o atraso daí decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza;- Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso daí decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

**4.1** O prazo de vigência contratual será de 04 (quatro) meses, contados do recebimento da ordem de início dos serviços pela **CONTRATADA**, findando-se após o recebimento definitivo dos serviços, sendo:

Início: XX/XX/XXXX Término: XX/XX/XXXX

**4.2** Os serviços deverão ser executados no prazo de até 12(doze) meses, contados do recebimento da ordem de serviços pela **CONTRATADA**.

**4.3** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, sem culpa da **CONTRATADA**, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a **CONTRATANTE** providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato, que deverá ser formalizado mediante a celebração do competente termo aditivo.

**4.4** Quando a não conclusão do contrato dentro do prazo estipulado, decorrer por culpa exclusiva da **CONTRATADA**:

a) ficará ela constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a **CONTRATANTE** optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**5.1** O contrato será extinto quando findo o prazo previsto na cláusula 4.1, depois de executado o objeto contratual.

**5.2** O contrato poderá ser extinto antes de cumprido o prazo nele fixado, por algum dos motivos abaixo elencados:

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pelo Fiscal do Contrato designado para acompanhar sua execução ou pelo Gestor do Contrato;
- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da **CONTRATADA**;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

**5.2.1** Previamente à resolução do contrato previsto nas hipóteses acima, será assegurado à **CONTRATADA** a ampla defesa e o contraditório.

**5.3** O presente contrato poderá ser rescindido antes do prazo fixado no item 4.1, mediante acordo entre as Partes.

#### **CLÁUSULA SEXTA- DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

Os serviços serão recebidos:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) Definitivamente, pela comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**6.2.** O recebimento provisório acontecerá imediatamente após a finalização da obra.

**6.3.** O recebimento definitivo acontecerá em até 30 (trinta) dias consecutivos contados do recebimento provisório.

**6.4.** O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

**6.5.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**6.6.** Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta da **CONTRATADA**.

**6.7.** O recebimento definitivo pela FUNDAÇÃO não eximirá a **CONTRATADA**, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, a **CONTRATADA** ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE CONTRATUAL**

**7.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data da proposta vencedora.

**7.2** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**7.3** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**8.1** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

**8.2** Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

**8.3** Analisar e aprovar o projeto das instalações provisórias e canteiro de serviço apresentados pela Contratada no início dos trabalhos.

**8.4** Indicar o local de instalação da placa da obra, verificar a sua instalação no prazo estabelecido.

**8.5** Acompanhar as condições de organização, segurança dos trabalhadores e das pessoas que transitam no canteiro da obra, de acordo com norma própria (ABNT), exigindo da Contratada as correções necessárias.

**8.6** Exigir da Contratada o uso por todos os seus operários, bem como dos seus prestadores dos serviços contratados, de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), compatíveis com os serviços em execução e de acordo com a legislação vigente.

**8.6.1** Exigir da Contratada, quando do início dos serviços, o envio dos documentos relativos ao cumprimento das normas de segurança do trabalho, sendo:

- I. PGR vigente;
- II. PCMSO vigente;
- III. Cartões de Vacina atualizados de todos os prestadores de serviço que atuarão na

instituição;

- IV.** Certificados de Treinamentos Aplicáveis. Ex: Trabalho em Altura (NR35), Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade (NR10), etc;
- V.** Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), evidenciando que os colaboradores estão aptos a exercerem suas atividades, incluindo as atividades especiais (NR 35, NR 33, NR 10, etc);
- VI.** Ficha de Registro dos funcionários na empresa prestadora de serviço;
- VII.** Ficha de Distribuição de EPIs atualizadas, de todos os prestadores de serviço que atuarão na instituição.

**8.6.2** Esta exigência se aplicará aos subcontratados pela Contratada.

**8.7 Acompanhar todas as etapas de execução e liberar a etapa seguinte.**

**8.8** Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços e obras em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da Contratada com as atividades de outras empresas ou profissionais contratados pela Contratante.

**8.9.** Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, sempre com a participação e anuência de um colaborador especialmente designado pela FUNDAÇÃO, solicitando, quando necessário, a presença dos autores dos projetos no canteiro da obra.

**8.10.** Solicitar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços e obras.

**8.11.** Paralisar e/ou solicitar que seja refeito qualquer serviço que não seja executado em conformidade com projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato.

**8.12.** Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições.

**8.13.** Exigir da Contratada a substituição dos profissionais, caso seja constatada a sua inadequação para conduzir os serviços conforme especificado, ou exigir maior número de profissionais ou equipamentos para recuperar atrasos de cronograma.

**8.14.** Aplicar as sanções previstas neste contrato.

**8.15.** Consultar os órgãos/concessionárias de serviço sobre a capacidade de atendimento à obra/serviço pelas redes públicas de energia elétrica, água e esgoto.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1.** São obrigações da Contratada, sem prejuízo de outras implícitas nos Anexos do Edital de Licitação:

**9.2.** Iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contado a partir da data estabelecida na Ordem de Início dos serviços.

**9.3.** Permitir e facilitar o pleno exercício das funções da FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO.

**9.4.** Acatar toda orientação advinda da FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO com relação à obra/serviço.

**9.5.** Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e classificação no processo licitatório, em especial a equipe de técnicos, indicada para fins de capacitação técnica profissional, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela FUNDAÇÃO.

**9.6.** Executar no prazo acordado e utilizando a melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às disposições do Edital de Licitação e do Contrato, às Normas Técnicas aplicáveis, às Especificações Técnicas, aos Projetos.

**9.7.** Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, civis, previdenciários e trabalhistas, decorrentes da execução do Contrato.

**9.8.** Ser responsável civil pela obra/serviço e manter a frente dos trabalhos o(s) Responsável(is) Técnico(s) indicado(s) na licitação da obra, que deverá ter todo poder para representá-la junto da FUNDAÇÃO.

**9.9.** Programar, quando solicitado, visita ao local da obra/serviço, em conjunto com a FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO.

**9.10.** Manter no local da obra o “Diário de Obras” atualizado, no qual deverão ser feitas anotações diárias referentes às particularidades e ocorrências da obra, reclamações, advertências e questões de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes, bem como, sobre o andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão de obra, etc, registrando, em especial: Pessoal efetivo, descrevendo a quantidade e função. Descrição das atividades e frentes de serviço em desenvolvimento. Equipamentos disponíveis. Avanço físico da obra. Registros de ensaios de qualidade dos materiais empregados. Registros quanto as ações de Segurança do Trabalho. Anotações do Responsável Técnico da obra. Anotações da FISCALIZAÇÃO da Fundação Benjamin Guimarães. Informações climáticas. Acidentes de trabalho, e outros.

**9.11.** Apresentar a FUNDAÇÃO, no prazo de até 10 (dez) dias corridos contado a partir da data estabelecida na Ordem de Início dos serviços, a Anotação da Responsabilidade Técnica (ART) de execução da obra junto ao CREA/RJ ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CAU BR.

**9.12.** Apresentar a FUNDAÇÃO, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contado a partir da data estabelecida na Ordem de Início dos serviços, o comprovante da matrícula no Cadastro Nacional de Obras (CNO), conforme Instrução Normativa IN RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018, da Receita Federal do Brasil.

**9.13.** Analisar os projetos e, uma vez identificada quaisquer inconformidade e/ou incompatibilidade, comunicar a FUNDAÇÃO, no prazo de até 03 (Três) dias corridos, contado da data de recebimento da Ordem de Início dos serviços, para adoção, em tempo hábil, das providências cabíveis.

**9.14.** Responsabilizar-se pelas ligações provisórias e definitivas de água, esgoto, energia, necessárias para a execução da obra, se for o caso.

**9.15.** Encaminhar a FUNDAÇÃO, quando identificada a necessidade da prorrogação do prazo de execução da obra, solicitação de aditivo ao Contrato, até 90 (noventa) dias corridos antes do seu vencimento, mediante apresentação formal de motivos estritamente técnicos ou supervenientes que a justifiquem, acompanhado do novo prazo proposto, para análise e aprovação.

**9.16.** Encaminhar a FUNDAÇÃO, no caso da verificação no decorrer da obra da necessidade de acréscimo de serviços ou serviços não previstos no contrato, solicitação de aditivo de valor ao contrato, até 10 (dez) dias corridos após a sua constatação, mediante apresentação formal de motivos estritamente técnicos ou supervenientes, para análise e aprovação.

**9.16.1.** Após o exame e aprovação das justificativas apresentadas e acerto da planilha, a CONTRATADA deverá entregar à FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO o novo Cronograma da obra adequado, visando à formalização do aditivo.

**9.17.** Executar todo e qualquer serviço extra, alterações de projetos ou especificações, somente após a formalização do respectivo termo aditivo, salvo os de emergência, necessários à estabilidade ou segurança da obra, do pessoal nela envolvido, ou de edificações vizinhas, comunicando imediatamente à FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO sobre o fato.

**9.17.1.** Tais serviços somente serão aceitos como de emergência se assim forem caracterizados posteriormente pela FUNDAÇÃO e serão medidos e quantificados de acordo com a qualificação de mão de obra e quantidade de materiais e equipamentos utilizados, sempre de acordo com as especificações, normas e procedimentos da Fundação Dom André Arcoverde.

**9.18.** Comunicar à FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO a ocorrência de quaisquer atos, circunstâncias ou anormalidades, que ponham em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de execução dos serviços, propondo as ações corretivas necessárias.

**9.19.** Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços sob sua responsabilidade, apontados ou não pela FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO.

**9.20.** Cumprir as normas de proteção à saúde e segurança dos trabalhadores e de terceiros no perímetro da obra.

**9.21.** Determinar o uso obrigatório, por todos os seus operários, bem como dos prestadores dos serviços contratados, de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), compatíveis com os serviços em execução e de acordo com a legislação vigente.



**9.21.1.** Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA o custo desses Equipamentos.

**9.20.** Manter seus empregados, quando nas dependências da FUNDAÇÃO, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA.

**9.21.** Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade, resistência e estabilidade dos serviços que executar, respondendo pela exatidão dos estudos, cálculos e sejam eles fornecidos ou não pela FUNDAÇÃO.

**9.22.** Executar qualquer atividade, trabalho ou serviços noturnos ou em horários especiais **somente com autorização prévia** da FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO.

**9.22.1.** O trabalho noturno não será considerado ônus da FUNDAÇÃO, cabendo à CONTRATADA absorver esse custo adicional.

**9.22.2.** A obra será executada em um Hospital que estará em pleno funcionamento. Portanto, é imprescindível que a CONTRATADA planeje e organize a execução dos serviços de forma a minimizar os impactos nas atividades hospitalares. A obra deverá ser executada em etapas, planejada em conjunto com a Contratante, garantindo a continuidade dos serviços de saúde.

**9.22.3.** A CONTRATADA deverá prever a realização de atividades construtivas em horários noturnos, finais de semana e feriados, sempre que necessário, para evitar a interrupção dos serviços de saúde e minimizar o incômodo aos pacientes, funcionários e visitantes do Hospital.

**9.23.** Providenciar toda a sinalização necessária à execução da obra, no sentido de resguardar a integridade dos serviços executados e evitar qualquer tipo de acidente.

**9.24.** Armazenar os materiais empregados na obra em local apropriado e organizado, de forma a evitar a sua contaminação, inclusive a do meio ambiente, de modo a não prejudicar o trânsito de pessoas, a circulação do material e a não provocar empuxos e sobrecargas excessivas nas estruturas.

**9.25.** Remover o entulho, lixo e todos os materiais que sobraem, promovendo a limpeza do local da obra, durante todo o período de sua execução e, especialmente, ao seu final, dando destinação em conformidade com as exigências legais.

**9.26.** Responsabilizar-se pela gestão dos resíduos decorrentes da execução da obra, em conformidade com a Resolução do CONAMA nº 307/2002, cuidando do transporte dos materiais inaproveitáveis e entulhos, resultantes de escavações, perfurações e demolições, quer no local da obra, quer para outro local.

**9.27.** A CONTRATADA deverá implementar todas as medidas necessárias para assegurar a salubridade e segurança dos ambientes hospitalares durante a execução da obra. Isso inclui, mas não se limita a:

a. Isolamento eficaz das áreas em obra para prevenir a dispersão de poeira e detritos.



- b. Controle rigoroso de ruídos para minimizar o impacto sobre os pacientes e funcionários.
- c. Limpeza e organização contínua do canteiro de obras e das áreas adjacentes.
- d. Adoção de barreiras físicas e sistemas de ventilação adequados para evitar a contaminação dos ambientes hospitalares.

**9.27.1.** Todas as medidas adotadas pela CONTRATADA deverão estar em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Controle de Infecção Hospitalar da FUNDAÇÃO. A CONTRATADA deverá seguir rigorosamente os protocolos de controle de infecção hospitalar para garantir um ambiente seguro e salubre para pacientes, funcionários e visitantes.

**9.27.2.** A CONTRATADA deverá realizar monitoramento e avaliação contínuos das condições de salubridade e segurança nas áreas em obra e nos ambientes adjacentes. Quaisquer desvios ou não conformidades deverão ser corrigidos imediatamente, com a devida comunicação à FUNDAÇÃO e à equipe de fiscalização.

**9.27.3.** A CONTRATADA deverá garantir que todos os seus funcionários e subCONTRATADAS envolvidos na execução da obra sejam devidamente orientados sobre as práticas de segurança e salubridade, conforme as normas da FUNDAÇÃO. Orientações específicas deverão ser realizadas para reforçar a importância dessas medidas.

**9.28.** Manter vigilância na obra e assegurar até o seu recebimento pela FUNDAÇÃO, a proteção e conservação de tudo que já tiver sido executado.

**9.29.** Responsabilizar-se por danos e prejuízos causados a pessoas e propriedades em decorrência dos trabalhos de execução de obras e instalações, correndo às suas expensas sem responsabilidade ou ônus algum para a FUNDAÇÃO, o ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam motivar.

**9.30.** Desenvolver, simultaneamente à execução dos serviços, o Projeto As Built - como construído - com todas as especificidades e alterações promovidas no projeto original da obra se for o caso.

**9.30.1.** Entregar ao final da obra, como condição para liberação da medição final, o Projeto As Built consolidado e completo, sendo 02 (duas) vias em meio magnético e 01 (uma) cópia plotada e assinada pelo responsável técnico da CONTRATADA.

**9.30.2.** No caso de não haver nenhuma alteração, a CONTRATADA apresentar declaração, de que a obra foi executada integralmente em conformidade com o Projeto original.

**9.31.** Providenciar, tão logo a obra seja concluída, a baixa da matrícula no Cadastro Nacional de Obras (CNO), da Receita Federal do Brasil.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**10.1** É permitida a subcontratação parcial do objeto.

**10.1.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante a **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**10.2.** A subcontratação depende de autorização prévia da **CONTRATANTE**, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

**10.3.** A **CONTRATADA** apresentará à **CONTRATANTE** documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo de contratação.

**10.4.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Contratante ou de colaborador que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA À EXECUÇÃO**

**11.1** Para garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a **CONTRATADA** prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da convocação, numa das modalidades abaixo:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**11.2** Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no contrato e na regulamentação vigente, a garantia poderá ser utilizada para o pagamento de:

**11.2.1** - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

**11.2.2** - Prejuízos causados à Fundação ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

**11.2.3** - Multas aplicadas pela Fundação à **CONTRATADA**;

**11.2.4** - Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas, na hipótese da Fundação ser incluída no polo passivo de ações propostas pelos colaboradores da **CONTRATADA**.

**11.3** - A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 60 (sessenta) dias após o término da vigência contratual.

**11.4** - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, nas mesmas condições e parâmetros da contratação, evitando-se a interrupção da continuidade da cobertura pela garantia.

**11.5** - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente, a **CONTRATADA** obrigase a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**11.6** - Será considerada extinta e liberada a garantia:

**11.6.1** - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **CONTRATANTE** de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as obrigações contratuais;

**11.6.2** - No prazo de 60(sessenta) dias após o término da vigência do contrato, caso a Fundação não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** A **CONTRATADA** será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

**12.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**12.1.2** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à **CONTRATANTE**;

**12.1.3** Dar causa à inexecução total do contrato e não concluir os trabalhos no prazo acordado;

**12.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**12.1.5.** Não manter a proposta, salvo por fato superveniente justificado;

**12.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro dos prazos estipulados neste edital;

**12.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**12.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**12.1.9.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**12.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**12.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**12.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

I- Advertência;

II- Multa;

III- Impedimento de licitar e contratar com a CONTRATANTE;

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CONTRATANTE.

**12.3** A sanção de advertência será aplicada na hipótese do cometimento da infração prevista no item 20.1.1.

**12.4** A sanção de multa poderá ser aplicada isoladamente ou cumulativamente com as demais penalidades, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

**12.5** A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Fundação será aplicada na hipótese do cometimento das infrações previstas nos itens 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7.

**12.6** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Fundação será aplicada na hipótese do cometimento das infrações previstas nos itens 20.1.8, 20.1.9, 20.1.10 e 20.1.11.

**12.7** Previamente à aplicação das sanções previstas nos itens II, III e IV, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.7.1** Para análise da aplicação das sanções previstas nos itens III e IV, a Comissão de Contratação instaurará processo de responsabilização, que avaliará os fatos e as circunstâncias conhecidos, devendo o interessado especificar as provas que pretende produzir.

**12.8** . A multa será cobrada da seguinte forma:

a) Retida dos pagamentos firmados com a contratada, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com a **CONTRATADA**;

b) Descontado do valor da garantia prestada;

c) Cobrado judicialmente.

**12.9.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS NORMAS AMBIENTAIS**

**13.1** A **CONTRATADA** deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando pelos danos causados ao meio ambiente, por ação ou omissão, decorrentes da execução do contrato e condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental competente, nos termos da legislação pertinente.

**13.2.** A **CONTRATADA** responderá pelos crimes ambientais que praticar nos termos da legislação vigente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)**

**14.1** As PARTES declaram que estão adequadas e se comprometem a cumprir toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive (sempre e quando aplicáveis) a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil, o Marco Civil da Internet (Lei Federal n. 12.965/2014), a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018), e demais normas setoriais ou gerais sobre o tema.

**14.2** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**14.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**14.4** A **CONTRATADA** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**14.5** É dever da **CONTRATADA** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**14.6** A **CONTRATADA** deverá manter sigilo em relação aos dados pessoais tratados em virtude deste contrato, garantindo que todas as pessoas autorizadas a tratar tais dados estão comprometidas, de forma expressa e por escrito, estando sujeitas ao dever de confidencialidade, bem como devidamente instruídas e capacitadas para o tratamento de dados pessoais.

**14.7** A **CONTRATADA** deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

**14.8** À **CONTRATADA** não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, salvo se previsto em lei.

**14.9** A **CONTRATADA** fica obrigada a manter preposto para comunicação com a **CONTRATANTE** para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS POLÍTICAS E PRÁTICAS DE COMPLIANCE**

**15.1.** As Partes contratantes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei 9 Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

**15.2.** Os contratantes declaram que manterão até o final da vigência deste contrato conduta ética e máximo profissionalismo na execução do objeto do presente instrumento.

**15.3.** As partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato:

I. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

I. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados;

II. Obedecer e garantir que a prestação de serviços ora contratada se dará de acordo com todas as normas internas da **CONTRATANTE**;

III. Zelar pelo bom nome comercial da **CONTRATANTE** e a abster-se ou omitir-se da prática de atos que possam prejudicar a reputação da **CONTRATANTE**. Em caso de uso indevido do nome da **CONTRATANTE**, ou de qualquer outro nome, marca, termo ou expressão vinculados direta ou indiretamente à **CONTRATANTE**, responderá a **CONTRATADA** pelas perdas e danos daí decorrentes;

IV. Participar de todos e quaisquer treinamentos eventualmente oferecidos pela **CONTRATANTE** que sejam relativos a qualquer aspecto que consta da lei anticorrupção ou políticas internas da **CONTRATANTE** bem como aqueles relativos ao Código de Ética e Conduta desta.

**15.4.** A **CONTRATADA** declara que não esteve envolvida com qualquer alegação de crime de lavagem de dinheiro, delito financeiro, financiamento de atividades ilícitas ou atos contra a Administração Pública, corrupção, fraude em licitações ou suborno.

**15.5.** A **CONTRATADA** concorda em notificar prontamente à **CONTRATANTE**, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio tenha sido realizado, direta ou indiretamente, por um de seus colaboradores ou terceiros por esta contratado.



**15.6.** A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral motivada deste Contrato, independentemente de qualquer notificação, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente e das demais penalidades previstas no presente instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

**16.1** Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Contratação, com observância da legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1** As Partes declaram ciência e expressam concordância que o inteiro teor do presente contrato, reputando-se plenamente válido para todos os fins de direito, sendo certo que poderá ser assinado por meio digital, eletrônico ou manuscrito, ou ainda de maneira mista, podendo, neste último caso, ser utilizada duas formas de assinaturas diferentes a critério das Partes, sendo que as declarações constantes deste Contrato, assinado por quaisquer dos meios ora elegidos, inclusive a forma mista, presumir-se-ão verdadeiros em relação às Partes contratantes, reconhecido em sua integridade e autenticidade, garantidas por sistema de criptografia, nos termos dispostos nos artigos 219 e 225 da Lei n. 10.406/1002 (Código Civil), bem como ao exposto na MP 2.200-2, no que for aplicável.

**17.2.** Quaisquer alterações, aditamentos, proposta anterior ou acordos supervenientes a este contrato somente terão eficácia e obrigação se feitos por escrito, assinados e rubricados pelas partes, que passarão a fazer parte integrante do presente contrato, de forma complementar e indissolúvel.

**17.3.** A eventual tolerância de uma das partes em relação a qualquer infração ou inadimplência cometida pela outra parte, em relação a qualquer cláusula ou outra obrigação contemplada pelo presente contrato, será considerada como mera liberalidade e não constituirá perdão, renúncia, nem novação de quaisquer direitos ou obrigações, tampouco alteração tácita do presente instrumento, podendo a parte tolerante, a qualquer tempo, exigir da outra o fiel cumprimento das obrigações assumidas neste contrato.

**17.4.** As obrigações e direitos decorrentes deste Contrato são intransferíveis, mas vincularão os herdeiros e sucessores a qualquer título das Partes.

**17.5.** É expressamente vedado a qualquer parte que se apresente como representante, empregada, preposta ou agente da outra parte, não tendo autoridade para vincular, assumir ou criar obrigações para a outra, salvo autorização expressa uma da outra para desenvolvimento e melhoria dos serviços.

**17.6.** Todas as ordens de serviço, notificações e entendimentos entre as partes serão feitos, obrigatoriamente, por escrito nas ocasiões próprias, não sendo aceitos quaisquer entendimentos verbais.



**FAA**Fundação Educacional  
Dom André Arcoverde

**17.7.** Este contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

**17.8** A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste contrato na Imprensa Oficial da União Federal, em forma resumida, em obediência ao disposto no Art. 94 da Lei Federal 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

**18.1** As partes elegem o foro da Comarca de Valença/RJ, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente contrato, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Por estarem justos e acertados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, obrigando-se a cumprir o que nele está avençado, na presença de duas testemunhas, abaixo identificadas.

\_\_\_\_\_  
Valença, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025.

**(CONTRATANTE)**

\_\_\_\_\_  
**(CONTRATADA)**

**TESTEMUNHAS:**

**1ª) - Nome:** \_\_\_\_\_ **RG:** \_\_\_\_\_ **CPF:** \_\_\_\_\_

**2ª) - Nome:** \_\_\_\_\_ **RG:** \_\_\_\_\_ **CPF:** \_\_\_\_\_

**ERRATA AO EDITAL DE LICITAÇÃO,  
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº  
001/2025 – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL  
DOM ANDRÉ ARCOVERDE**

A **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DOM ANDRÉ ARCOVERDE – FAA**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.354.011/0012-19, torna pública a presente **ERRATA**, por meio da qual informa as seguintes **correções e complementações no Memorial Descritivo e no Edital**, parte integrante do **Edital de Licitação – Concorrência Presencial nº 001/2025**, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada para execução de obra de reforma no Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi**, vinculado ao **Contrato de Repasse nº 960397/2024**, firmado com o Ministério da Saúde.

Devem ser consideradas as seguintes alterações:

**Correções:**

| Edital 001/2025 – 8. Da Apresentação Dos Envelopes E Do Credenciamento |   |   |
|--|---|---|
| ITEM   | ONDE SE LÊ:   | LEIA-SE:  |
| 8.4.   | A abertura do Envelope da PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 09:05 horas do <b>dia 06 de Outubro de 2025</b> , em sessão pública, realizada no Prédio do Conselho Diretivo da FAA, Sala de Reuniões - 3º Piso da Fundação Educacional D. André Arcoverde | A abertura do Envelope da PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 09:05 horas do <b>dia 15 de Outubro de 2025</b> , em sessão pública, realizada no Prédio do Conselho Diretivo da FAA, Sala de Reuniões - 3º Piso da Fundação Educacional D. André Arcoverde |
| Edital 001/2025 - 11.5. Da Qualificação Técnica:                       |   |   |
| ITEM   | ONDE SE LÊ:   | LEIA-SE:  |
| 11.5.7.  | Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido pelo CREA, onde o responsável técnico da empresa participante do certame tenha executado em um único empreendimento hospitalar a aplicação de piso em manta vinílica em quantidade superior <b>a 800m2.</b>  | Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido pelo CREA, onde o responsável técnico da empresa participante do certame tenha executado em um único empreendimento hospitalar a aplicação de piso em manta vinílica em quantidade superior <b>a 450m2.</b>  |

| Anexo X – Documentos Diversos, item d) Memorial Descritivo: |  |   |
|---|--|---|
| 3. Escopo Detalhado   |  |   |
| ITEM  | ONDE SE LÊ:  | LEIA-SE:  |
| 3.3 – Execução dos Serviços                                 | Rede de Gases: é de responsabilidade da empresa executora rever toda a rede de gases do <b>sexto andar</b> do hospital, realizar os reparos, colocar e retirar pontos conforme projeto. Colocar registro da rede de gás em todas as enfermarias. | Rede de Gases: é de responsabilidade da empresa executora rever toda a rede de gases do <b>quarto andar</b> do hospital, realizar os reparos, colocar e retirar pontos conforme projeto. Colocar registro da rede de gás em todas as enfermarias. |
| 4. Serviços a serem executados:                             |  |   |




|                            |   |   |
|----------------------------|---|---|
| <b>2. Pisos e rodapés:</b> | <p>a) Retirar pisos cerâmicos, onde houver, mantendo a granitina onde existente, com respectiva do entulho por conta da empresa contratada, e a base deverá ser corrigida e nivelada, para receber os novos pisos, conforme especificação técnica do setor, em caso de desníveis acima de 3cm de altura, utilizar argila expandida.</p> | <p>a) Dos pisos, sendo as áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Enfermarias: instalar piso vinílico sobre a granitina existente, realizando o nivelamento necessário; conforme orientação do time de infraestrutura;</li><li>• Área de circulação: instalar piso porcelanato sobre a granitina existente, realizando o nivelamento necessário; conforme orientação do time de infraestrutura;</li><li>• Posto de enfermagem, arsenal de medicamento, DML, depósito temporário, expurgo e UDA: instalar piso porcelanato sobre a granitina existente, realizando o nivelamento necessário; conforme orientação do time de infraestrutura;</li><li>• Dos banheiros: realizar a remoção do piso existente, impermeabilização da base, execução das instalações sanitárias e fornecer e instalar novo piso de porcelanato fosco, conforme descrição em tabela;</li><li>• Entre o hall de elevadores e o corredor da área de recuo: a granitina deverá ser removida e o novo piso em porcelado, deverá estar nivelado com a porta de acesso do elevador.</li><li>• Fornecedor e instalar soleira de granito Itabira Ocre nos vãos das portas.</li></ul> |
| <b>5. Janelas:</b>         | <p>h) Fornecedor e instalar janelas especificadas abaixo (de acordo com as medidas apresentadas no projeto e informações).</p>  | <p>h) Fornecedor e instalar janelas especificadas abaixo de acordo com as medidas apresentadas no projeto e seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Fornecedor e instalar janelas de acordo com as medidas apresentadas no projeto e informações.</li><li>• As janelas da sala da UDA, deverão ter as dimensões de 1,50m de largura x 1,20m de altura, no total de 3 unidades; semelhante as janelas das enfermarias;</li><li>• Copa da UDA a janela terá dimensão de 1,20m de largura x 1,20m de altura;</li><li>• Os três banheiros da UDA terão maxim-ar de 0,60x0,60m;</li><li>• Área de recuo e escadas, não receberá janelas;</li><li>• Banheiro feminino, masculino e depósito temporário terão maxim-ar de 0,60x0,60m;</li><li>• Área de expurgo, receberá basculante de 0,40m de largura x 1,20m de altura;</li><li>• O banheiro localizado próximo da área de expurgo que receberá maxim-ar de 0,6x0,60m; e o vestiário em anexo terá janela de 0,60x1,20m;</li><li>• Os dois banheiros localizados no final do corredor de circulação, receberão janela maxim-ar 1,20 de largura x 0,60m de altura.</li></ul>             |
| <b>8. Elétrica:</b>        | <p>g) Fornecedor e instalar cabo de alimentação do novo quadro, da subestação <b>até o 3º andar</b>, com infraestrutura.</p> <p>o) Fornecedor e instalar aparelho de ar-condicionado em todas as enfermarias.</p>   | <p>g) Fornecedor e instalar cabo de alimentação dos <b>novos quadros</b>, da subestação até o <b>4º andar, objeto da reforma</b>.</p> <p>o) Fornecedor e instalar aparelho de ar-condicionado em todas as enfermarias, os aparelhos deverão ser de <b>24.000 BTUs</b>, da <b>linha Inverter</b>, assegurando eficiência energética e qualidade.</p>   |

**Inclusão:**

| Anexo X – Documentos Diversos, item d) Memorial Descritivo: |  |
|---|--|
| ITEM  | COMPLEMENTO  |
| 11 – Incêndio   | Informamos que será fornecido pela FAA o projeto de incêndio com o novo layout do objeto da reforma. |

As demais cláusulas e condições do edital e seus anexos permanecem inalteradas.

Valença, 02 de Outubro de 2025.

Documento assinado digitalmente  
 **JORGE RODRIGUES PINTO JUNIOR**  
Data: 02/10/2025 16:50:51-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**JORGE RODRIGUES**  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO  
FAA - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL D. ANDRÉ  
ARCOVERDE

TERRITÓRIOS EM SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS. Abertura da sessão pública: 08:00 horas do dia 25 de Setembro de 2025. Início da fase de lances: 08:01 horas do dia 25 de Setembro de 2025. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Municipal nº 1.210/24; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 às 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3443-2240. E-mail: consorcio.codemp@gmail.com. Edital: www.breiodocruz.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Brejo do Cruz - PB, 9 de setembro de 2025.  
JOSE FRANKLIN DUTRA HOLANDA

## CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE BREJO SANTO

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 05.09.001/2024 do Pregão Eletrônico 08.12.001/2024. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento dos serviços de fretamento de veículos convencionais com motoristas, destinados ao transporte sanitário do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Brejo Santo - CPMSBS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. O presente termo tem por finalidade a alteração da cláusula segunda e cláusula sétima do contrato inicial: prorrogando por mais 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura e reajustando com base no índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anuidade, totalizando em R\$ 42.640,20 (quarenta e dois mil, seiscentos e quarenta reais e vinte centavos) anual. As partes ratificam todas as demais cláusulas do contrato inicial. Data da assinatura: 05 de setembro de 2025.

## CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO CRATO

### AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 92013/2025

Empresas vencedoras: A B LIMA DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA, CNPJ 57.407.742/0001-53, no valor global de R\$ 25.388,62 (vinte e cinco mil, trezentos e oitenta e oito reais e sessenta e dois centavos); ALEXANDRE FREIRE LTDA, CNPJ 39.334.587/0001-00, no valor global de R\$ 7.064,70 (sete mil, sessenta e quatro reais e setenta centavos); BQS DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 33.613.876/0001-62, no valor global de R\$ 54.263,49 (cinquenta e quatro mil, duzentos e sessenta e três reais e quarenta e nove centavos); EB DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 53.254.670/0001-09, no valor global de R\$ 306.456,18 (trezentos e seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e dezoito centavos); M.L.C SILVA, CNPJ 19.540.084/0001-84, no valor global de R\$ 42.241,62 (quarenta e dois mil, duzentos e quarenta e um reais e sessenta e dois centavos); NATURE MAX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS E COSMETICOS LTDA, CNPJ 37.627.260/0001-00, no valor global de R\$ 48.602,41 (quarenta e oito mil, seiscentos e dois reais e quarenta e um centavos); SSVR COMERCIO LTDA, CNPJ 58.326.522/0001-68, no valor global de R\$ 64.002,40 (sessenta e quatro mil, dois reais e quarenta centavos). Constatada a regularidade dos atos procedimentais da Comissão de Licitação, venho ADJUDICAR e HOMOLOGAR o seu objeto a favor das respectivas empresas vencedoras, para que produza os seus efeitos legais e jurídicos.

Crato-CE, 4 de setembro de 2025.  
PAULO DE TARSO CARDOSO VARELA  
Secretário Executivo

## FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

### AVISO REGISTRO DE DIPLOMAS

Mantenedora: União de Ensino Superior do Iguaçu LTDA  
CNPJ DA MANTENEDORA: 03.097.823/001-75

Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, esta Instituição de Educação Superior informa que foram registrados 168 (cento e sessenta e oito) diplomas no período de 10/02/2025 a 2/07/2025 no seguinte livros de registros e sequências numéricas: livro nº 5 - registros sob nº 37486 a 37603, 38670, 38965 a 38966, 38999 a 39022, 39024 a 39036, 40822 a 40826, 40876 a 40883. A relação dos Diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço <http://www.uniguacu.com.br/institucional/lista-de-formandos>.

São Miguel do Iguaçu, 3 de setembro de 2025.  
DANIEL RIBEIRO DA SILVA  
Diretor-Geral

## FACULDADE SÃO LEOPOLDO MANDIC - MATRIZ

### AVISO REGISTRO DE DIPLOMAS

Mantenedora: Sociedade Regional de Ensino e Saúde Ltda. sob CNPJ 04600555/0001-25; Mantida: Faculdade São Leopoldo Mandic; Com sede na cidade de Campinas - SP, na Rua Dr. José Rocha Junqueira, Nº 13, Swift.

Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, esta Instituição de Educação Superior informa que foram emitidos e registrados durante o período de 04/07/2025 a 02/09/2025, 2 [dois] diplomas de Graduação em Medicina e 2 [dois] diplomas de Graduação em Odontologia, no seguinte livro de registro e sequência numérica: Livro 05 - registros 634, 635, 637 e 638; A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço: <https://portal.slmmandic.edu.br/FrameHTML/web/app/Edu/PortalEducativo/js/aluno/diploma> no site da Faculdade São Leopoldo Mandic.

Em 8 de setembro de 2025.  
YARA OLIVEIRA RIGACCI THEOTONIO  
Secretária-Geral

## FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS, REFEIÇÕES CONVÊNIOS, COZINHAS INDUSTRIAIS E AFINS- FINTERC

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Presidente da FINTERC - FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS, REFEIÇÕES CONVÊNIO, COZINHAS INDUSTRIAIS E AFINS, CNPJ: 03.783.694/0001-79, no uso de suas atribuições, vem pelo presente, CONVOCAR, todas os Delegados votantes indicados por seu Sindicato filiado à Federação, conforme previsto no Estatuto Social da instituição de segundo grau, para a assembleia geral extraordinária que irá se realizar em 10 de Outubro de 2025, tendo início às 10 horas, local: sito à Avenida Marechal Câmara, Edifício Centro Empresarial Charles de Gaulle, nº. 160, sala 1313, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20.020-090 para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1 - Adequação do Estatuto as mudanças exigidas por Lei e 2 - Prestação de Contas.

Rio de Janeiro-RJ, 5 de setembro de 2025.  
FATIMA MARIA FREIRE RORIZ

## FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO

### EDITAL

#### Seleção Pública de Fornecedores nº 3/2025

A Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento – FAPED, torna público, aos interessados que estará realizando Seleção Pública de Fornecedores nº 03/2025, Processo de Compra nº60577/2025. Obj.: Contratação de empresa especializada para a impressão de 2.000 (dois mil) exemplares de livro sobre Mudanças Climáticas, de interesse institucional, com o objetivo de disseminar conhecimento científico e tecnológico, promover a capacitação de parceiros e fortalecer a imagem institucional da Embrapa e parceiros envolvidos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I), deste Edital. Abertura propostas: 15/09/2025, às 10h00min, site <https://faped.conveniar.com.br/Fornecedor/Login.aspx?ReturnUrl=%2ffornecedor> Download e informações aos interessados, através do site <https://faped.conveniar.com.br/Fornecedor/Login.aspx?ReturnUrl=%2ffornecedor>, e-mail [elen.cristina@faped.org.br](mailto:elen.cristina@faped.org.br) ou Telefone (31) 3773-3855.

SIMONE GERALDA DOS ANJOS SOUZA  
Autoridade Competente FAPED

## FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTA GROSSA

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2025

Ratificação de Inexigibilidade nº 05/2025.

A FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTA GROSSA realizou no dia 04 de setembro de 2025, Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso III, f, da Lei nº 14.133/2021. Objeto: Pagamento de inscrição para servidores públicos da FASPG destinado a Capacitação aos Coordenadores e Entrevistadores do CADASTRO ÚNICO, que ocorrerá nos dias 25 e 26 de setembro de 2025 na cidade de Curitiba/PR. Fornecedor: Verrino Coelho de Congressos e Capacitações Ltda - CNPJ nº 37.811.797/0001-17.

Valor máximo: R\$ 32.640,00 (trinta e dois mil seiscentos e quarenta reais). Informações junto a Supervisão de Compras e Licitações, sito à Travessa Pasteur, 50 - Centro, no horário das 09 às 17 horas, ou pelo telefone (42) 3220-1065 - Ramal 2372 / 2382. A integral do Termo de Inexigibilidade consta nos sites: [servicos.pontagrossa.pr.gov.br/portalttransparencia/5/](https://servicos.pontagrossa.pr.gov.br/portalttransparencia/5/) e [pncp.gov.br](http://pncp.gov.br).

Em 5 de setembro de 2025.  
TATYANA DENISE BELO  
Presidente da FASPG

## FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA, APLICAÇÕES E TECNOLOGIA ESPACIAIS

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo nº 7.890.000.01/2025. Data de Assinatura: 08/09/2025. Contratada: OTB - ON THE BORDER LLC. OBJETO: Exclusivamente, a dilação do prazo de vigência do contrato para o dia 10/11/2025, sem alteração ao prazo de entrega. CONTRATANTE: Josiel Urbaninho de Arruda. CONTRATADA: Marcus Wellington Andrade de Moraes. Convênio: SCV/AQUAE.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo nº 08.135.000.01/25. Data de Assinatura: 08/09/2025. Contratada: MAB COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Exclusivamente, a correção de erro material, considera-se o seguinte número de CNPJ da contratada: 50.247.672/0001-74. CONTRATANTE: Josiel Urbaninho de Arruda. CONTRATADA: Mara Alice Aparecida da Silva Borges. Convênio: FINEP/RISC.

## FUNDAÇÃO CULTURAL E DE FOMENTO À PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 59

#### CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA

A Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação - Fafex, através de seu superintendente, torna pública a contratação pessoa jurídica conforme Processo nº 0153.180625.0099 consistente em serviços relacionados ao trâmite de importação, entrega das peças, despesas com frete, seguro, taxas, despesas acessórias, desembaraço aduaneiro, entre outras despesas necessárias, conforme previsto no plano de trabalho do projeto. Fundamento Legal: art. 72, da lei 14.133/21, conforme disposto no parágrafo único, da lei citada. Justificativa: Atender a necessidade do CONTRATO 01/2024 UFPI/FADEX PIETRO - LIB C/C 11.026-4. Dispensa de Licitação, reconhecida e ratificada em 04/08/2025 por Antônio Vinícius Oliveira Ferreira - Superintendente da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação - Fafex, CNPJ: 07.501.328/0001-30 - Valor: R\$ 35.400,00 (trinta e cinco mil e quatrocentos reais) - Contratada: LUCIANO & DANIEL LTDA, CNPJ Nº 10.543.755/0001-96.

ANTÔNIO VINÍCIUS OLIVEIRA FERREIRA  
Superintendente

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 60

#### AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PJ

A Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação - FADEX, através de seu superintendente, torna pública aquisição de Serviço PJ Manutenção, conforme Processo nº 0153.180725.0041 consistente em aquisição de manutenção. Fundamento Legal: art. 75, IV, da lei 14.133/21. Justificativa: Atender a necessidade do CONTRATO 01/2024 UFPI/FADEX PIETRO - LIB C/C 11.026-4. Dispensa de Licitação, reconhecida e ratificada em 20/28/2025 por Antônio Vinícius Oliveira Ferreira - Superintendente da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação - FADEX, CNPJ: 07.501.328/0001-30 - R\$ 27.693,00 vinte e três mil e seiscentos e noventa e três reais) - Contratada: DELTA TRÊS INFORMÁTICA LTDA - CNPJ: 23.635.840/0001-26.

ANTÔNIO VINÍCIUS OLIVEIRA FERREIRA  
Superintendente

## FUNDAÇÃO EDUCACIONAL D. ANDRÉ ARCOVERDE

### AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 1/2025

Objeto: O objeto da presente licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO HOSPITAL ESCOLA LUIZ GIOSEFFI JANNUZZI, localizado na Rua Dom José Costa Campos, nº 142, Centro, Valença/RJ, com fornecimento de materiais necessários (equipamentos, peças, materiais de consumo, insumos e mão de obra), conforme memorial descritivo/cálculo e projetos anexos ao Edital, de acordo com as especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar - ETP (ANEXO I) e Termo de Referência (ANEXO II) a este Edital. Tipo De Licitação: Menor Preço Global. Informações: E-mail: [compras.publicas@faa.edu.br](mailto:compras.publicas@faa.edu.br) Horário: 09:00 às 17:00 horas. Data e Hora da Abertura da Licitação: Dia 15 de Outubro de 2025, Às 09:00 Horas, Local: Campus Sede, Prédio do Conselho Diretivo da FAA, Sala de Reuniões - 3º Piso, Rua Sargento Vitor Hugo, 161 - Fátima-Valença/RJ. Retirada do Edital: O Edital encontra-se disponível no site da Fundação Dom André Arcoverde <https://hospital-escola.unifaa.edu.br/quem-somos/#portalTransparencia>

JORGE RODRIGUES PINTO JUNIOR  
Presidente da Comissão de Contratação





RIO DE JANEIRO

# Museu Vassouras visa impulsionar o turismo

Casarão restaurado abriga várias salas. Autoridades estiveram na inauguração

O estado do Rio ganhou, no sábado, um novo espaço cultural que promete avançar ainda mais o turismo na região do Vale do Café. Instalado em um casarão colonial de 1848 que abrigou um antigo hospital, o Museu Vassouras, foi totalmente restaurado após sete anos de obras. A inauguração reuniu o governador Cláudio Castro, o prefeito do Rio, Eduardo Paes, o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, além de outras autoridades e empresários.

O museu é uma iniciativa do Instituto Vassouras Cultural, fundado com o objetivo de valorizar a história, a cultura e a identidade do Vale do Café — região composta por 15 cidades fluminenses. Com 3.331 m² de área construída, o espaço abriga salas de exposição, auditório, ambientes multimídia, café, loja, pátio e jardins. O projeto arquitetônico respeitou as características originais do casarão,

tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico Nacional (Iphan), e transformou as ruínas em um moderno centro cultural.

A exposição inaugural, ‘Chegança’, tem abertura marcada para novembro e apresentará obras de artistas contemporâneos como Beatriz Milhazes, Aline Motta e Sônia Gomes, além da obra Composição (Figura Só) (1930), de Tarsila do Amaral, entre outras.

“O Museu Vassouras é mais do que uma homenagem ao passado: é uma ponte viva com o futuro, promovendo cultura, educação e turismo para todo o nosso estado. Um exemplo de iniciativa a ser seguida por outros municípios”, destacou Cláudio Castro.

Nas redes sociais, Eduardo Paes definiu o que representava a chegada do novo museu: “Um presente para o Rio de Janeiro.”

Com programação educativa já iniciada desde janeiro e expectativa de intensa ativi-



Houve apresentação de harpas durante a inauguração do espaço

dade cultural, o novo museu, que fica na praça da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, promete se firmar como um polo de fomento à cultura e ao turismo no interior. Para o empresário Ronaldo Cezar Coelho, idealizador do projeto, a abertura

marca um novo momento para a região.

“Mais do que um museu, este é um espaço de autoestima, de geração de renda e de valorização do nosso legado. O Vale do Café tem muito a contar — e agora tem um lugar para isso”, ressaltou.

MARCELO RÉGUA / GOVERNO DO RIO

# Um mar de nadadores na Zona Sul

Cerca de 1600 nadadores estiveram na Praia de Copacabana, na manhã de ontem, para a Travessia de Copa, segunda etapa do Circuito Aqua, o maior de travessias aquáticas do Brasil. As areias ficaram lotadas de pessoas que participaram e acompanharam o evento.

A competição ofereceu duas distâncias: 1,5 km e 3,8 km, com tempo limite de prova de 2h30min, nas categorias masculina e feminina.

Um dos participantes do circuito foi o freelancer e produtor de conteúdos de educação Jerry Fernandes.

Ele completou 54 anos ontem e celebrou em grande estilo, fazendo a distância de 1,5 km. Nadador experiente, o morador de Juiz de Fora (MG) classificou o mar de Copacabana como imprevisível. “Cada vez que eu venho o mar está diferente”.

Ele tem paralisia desde os 3 anos, mas ressalta que a deficiência nunca o impediu de fazer nada. “Graças a Deus, eu tive muito incentivo para poder ter uma vida profissional e pessoal. Na área esportiva, como eu gosto muito de nadar, nunca foi um problema”.



As largadas das provas aconteceram em dois pontos diferentes



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E AQUISIÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO  
DIVULGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

1) PE Nº 90547/2025 - dia 11/09/2025, às 11h

**Objeto:** Registro de preços para aquisição de Esfigmomanômetro di-gital pertencente à classe 6515, a fim de abastecer as Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

Estimativa: R\$ 1.928.738,98 / Processo: SMS-PRO-2024/24721

2) PE Nº 90548/2025 - dia 11/09/2025, às 14h

**Objeto:** Registro de preços aquisição de bisturi elétrico odontológico para atender às demandas do Serviço de Coordenação de Saúde Bucal, da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro I SMS/Rio.

Estimativa: R\$ 957.950,00 / Processo: SMS-PRO-2023/27189

Ver D.O. Rio nº 112 de 29/08/2025, página 183.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

SEMCOMP  
- AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO -  
PREGÃO ELETRÔNICO PMSG N.º 90020/2025  
Tipo: Menor Preço por item - Processo n.º 8.950/2024

**Objeto:** O objeto da presente licitação é Aquisição de aparelhos telefônicos com tecnologia VoIP, para atender a Secretaria Municipal de Fazenda conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Fica Remarcado para o dia 15/09/2025 às 10:00h** o certame licitatório do Pregão em epígrafe, para alteração do Edital. Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, situada à Av. Presidente Kennedy, n.º 765, térreo - Estrela do Norte, São Gonçalo/RJ, das 09:00 às 17:00 horas, pelo telefone n.º (0xx21) 2199-6382 ou no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/> (COMPRASGOV).

Filipe Alves Dias - Pregoeiro/Agente de Contratação - Mat. 22.865.



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE GEOTÉCNICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - GEO-RIO.  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO: GEO-PRO-2025/00718

Concorrência Eletrônica n.º 90043/2025 – “Intervenções urgentes e pontuais nas APs 5.1, 5.2, 5.3 e 5.4, localizadas na coordenação de obras e conservação norte/oeste”.

TIPO: Menor Preço.

DATA: 10 de outubro de 2025 às 10:30h.


PRAZO DE EXECUÇÃO: 360 dias

ESTIMATIVA: R\$ 3.297.723,97 (Três milhões duzentos e noventa e sete mil setecentos e vinte e três reais e noventa e sete centavos).

RETIRADA DO EDITAL: O edital e seus anexos serão disponibilizados no Campo de São Cristóvão n.º 268 / 1.º andar - São Cristóvão; Tel.:3878 1307/1828, no site: <http://ecomprasrio.rio.rj.gov.br>, no e-mail: [licitacao.georio@prefeitura.rio](mailto:licitacao.georio@prefeitura.rio) e no [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

HORÁRIO: 10:00 às 11:30 e 13:00 às 16:00 horas para a retirada do edital presencialmente. Será cobrada a reprodução reprográfica.

Segue o link para acesso aos arquivos com a resolução original: <https://drive.google.com/drive/folders/1delQ4JJ5FYvJcRAeWVzC7XNmLrjdZ4?usp=sharing>



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - PREVIRIO  
AVISO DE LICITAÇÃO

REF: LEILÃO – LP – PREVIRIO/CEL Nº 06/2025

PROCESSO: PVR-PRO-2025/02377

**OBJETO:** Alienação do domínio útil do imóvel localizado na Rua Bambina, nº 37, no Bairro de Botafogo, Rio de Janeiro (Item 07 da LEI COMPLEMENTAR Nº 275 de 08 de novembro de 2024).

LANÇE MÍNIMO: R\$ 55.290.000,00 (cinquenta e cinco milhões duzentos e noventa mil reais)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Maior lance

DATA E HORA DA REALIZAÇÃO: dia 23 de setembro de 2025, às 11 horas, Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, prédio anexo, 11º andar, ala A, sala 1129 - Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ.

O Edital e seus Anexos podem ser obtidos em meio magnético na Rua Afonso Cavalcanti, 455, Anexo, sala 1110, Cidade Nova, Rio de Janeiro, das 10 horas às 16 horas, mediante a entrega de 01 (um) pen drive para a realização da cópia dos arquivos, bem como através dos sites [http://ecomprasrio.rio.rj.gov.br/editais/banners\\_lista.asp](http://ecomprasrio.rio.rj.gov.br/editais/banners_lista.asp) e <http://licitaimoveis.rio>

Os interessados poderão, alternativamente ao modo presencial, acompanhar a sessão pública, em tempo real, por meio do link <http://prefeitura.rio/licitacao> ou direto no youtube por meio do endereço <https://www.youtube.com/channel/UC8TmSodoNwWuainQoGSkNSQ> ou <https://www.youtube.com/c/PrevirioLicita>

Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas através do endereço eletrônico [cel.previrio@prefeitura.rio](mailto:cel.previrio@prefeitura.rio)



GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

BRASIL

UNião e Reconstrução

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90059/2025

**Objeto:** Aquisição de Gêneros Alimentícios **Carnes Remanescentes**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

**Data e horário de realização:** 12/SET/2025 - 10h (Horário de Brasília)

**UASG:** 150182

**E-mail:** [cpl@id.uff.br](mailto:cpl@id.uff.br)

**Endereço para retirada e envio de propostas:** <https://www.gov.br/compras>



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE GEOTÉCNICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - GEO-RIO.  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO: GEO-PRO-2025/00707

Concorrência Eletrônica n.º 90051/2025 – “Intervenções urgentes e pontuais nas AP-1 e AP-2.1, localizadas na coordenação de obras e conservação centro/sul”.

TIPO: Menor Preço.

DATA: 09 de outubro de 2025 às 10:30h.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 360 dias

ESTIMATIVA: R\$ 4.498.611,85

RETIRADA DO EDITAL: O edital e seus anexos serão disponibilizados no Campo de São Cristóvão n.º 268 / 1.º andar - São Cristóvão; Tel.:3878 1307/1828, no site: <http://ecomprasrio.rio.rj.gov.br>, no e-mail: [licitacao.georio@prefeitura.rio](mailto:licitacao.georio@prefeitura.rio) e no [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

HORÁRIO: 10:00 às 11:30 e 13:00 às 16:00 horas para a retirada do edital presencialmente. Será cobrada a reprodução reprográfica.

Segue o link para acesso aos arquivos com a resolução original: <https://drive.google.com/drive/folders/1HNJoZuhOAWFQp5l5Y5J7kd5Y9lgH7rUC7?usp=sharing>

# Festival na Quinta celebra reconstrução

A sétima edição do Festival Museu Nacional Vive, na Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, atraiu centenas de famílias ontem. O evento gratuito teve como objetivo divulgar o acervo científico do Museu e mostrar os avanços na reconstrução do espaço, destruído por um incêndio em 2018 e reaberto após sete anos, no dia 2 de julho.

O público conferiu a exposição ‘Entre Gigantes’, dentro do Paço de São Cristóvão, onde estão o meteorito Bendegó, o esqueleto de um cachalote de mais de 15 metros e obras do artista indígena Gustavo Caboco. A mostra já atraiu mais de 35 mil pessoas desde que foi aberta.

Uma grande tenda foi

montada do lado de fora do palácio, reunindo pesquisadores e estudantes da UFRJ. O grupo fez apresentações de 25 temas, como arqueologia, biodiversidade, taxidermia e línguas indígenas.

O grupo Capoeira com Ciência abriu o festival, enquanto o encerramento ficou por conta da roda de samba do Grupo Arruda.

Também fizeram parte da programação visitas guiadas pela Quinta da Boa Vista, a exibição do documentário Resgate sobre o trabalho de recuperação do acervo e uma mostra fotográfica com imagens da reconstrução.

Uma edição especial da Feira Junta Local, com cerca de 40 expositores de comidas, bebidas e produtos artesanais, completou o domingo.

# Rio das Pedras ganha quiosques

Cerca de cem quiosques padronizados foram entregues, no último sábado, em Rio das Pedras, na Zona Oeste. Os pontos de comércio ficam em uma das ruas mais movimentadas da comunidade, a Via Light, que recebeu um novo calçadão, com ciclovia, bancos e mesas de concreto. Segundo a Prefeitura, o investimento foi de aproximadamente R\$ 7,8 milhões.

As obras abrangeram mais de 5,4 mil metros quadrados de área pública, de acordo com a Secretaria Municipal de Infraestrutura. A meta é reorganizar o comércio local, além de melhorar as condições de circulação de pedestres e garantir acessibilidade e oferecer infraestrutura para que ambulantes atuem de forma regularizada.

O vice-prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere, acompanhou a inauguração.

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2025**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EM SAÚDE - SRP. Início do recebimento das propostas: 01/09/2025 às 17h30 - Encerramento de recebimento: 16/09/2025 às 09h00 – Abertura e Início do Pregão: 16/09/2025 às 09h01.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2025**

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E NOTEBOOK - SRP. Início do recebimento das propostas: 02/09/2025 às 17h30 - Encerramento de recebimento: 15/09/2025 às 09h00 – Abertura e Início do Pregão: 15/09/2025 às 09h01.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2025**

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, FÓRMULAS E INSUMOS (ITENS DESERTOS, FRACASSADOS PE 005 E 044/2025) - SRP. Início do recebimento das propostas: 01/09/2025 às 17h30 - Encerramento de recebimento: 12/09/2025 às 09h00 – Abertura e Início do Pregão: 12/09/2025 às 09h01.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2025**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COFFEE BREAK. Início do recebimento das propostas: 01/09/2025 às 17h30 - Encerramento de recebimento: 16/09/2025 às 09h00 – Abertura e Início do Pregão: 16/09/2025 às 09h01.

O edital encontra-se disponível no Portal da Transparência ([portaltransparencia.barramansa.rj.gov.br](http://portaltransparencia.barramansa.rj.gov.br)) e através dos e-mails: [edital@barramansa.rj.gov.br](mailto:edital@barramansa.rj.gov.br), [subsecretarialicitaobm@gmail.com](mailto:subsecretarialicitaobm@gmail.com) e [coordenadoria.compras@gmail.com](mailto:coordenadoria.compras@gmail.com)

**Mateus Correa Ramos Neto**  
Agente Administrativo

**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL D. ANDRÉ ARCOVERDE - FAA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**CONCURRENCIA PRESENCIAL Nº 001/2025**

**\_Objeto:** O objeto da presente licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO HOSPITAL ESCOLA LUIZ GIOSEFFI JANNUZZI, localizado na Rua Dom José Costa Campos, nº 142, Centro, Valença/RJ, com fornecimento de materiais necessários (equipamentos, peças, materiais de consumo, insumos e mão de obra), conforme memorial descritivo/cálculo e projetos anexos ao Edital, de acordo com as especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar – ETP (ANEXO I) e Termo de Referência (ANEXO II) a este Edital.

**Tipo De Licitação:** Menor Preço Global.

**Informações:** E-mail: [compras.publicas@faa.edu.br](mailto:compras.publicas@faa.edu.br) **Horário:** 09:00 às 17:00 horas.

**Data e Hora da Abertura da Licitação:** Dia 06 de Outubro de 2025, Às 09:00 Horas, Local: Campus Sede, Prédio do Conselho Diretivo da FAA, Sala de Reuniões - 3º Piso, Rua Sargento Vitor Hugo, 161 - Fátima- Valença/RJ.

**Retirada do Edital:** O Edital disponível no site <https://hospital-escola.unifaa.edu.br/quem-somos/#portalTransparencia>

**Jorge Rodrigues Pinto Junior**  
Presidente da Comissão de Contratação

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**AVISO DE SUSPENSÃO- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20722/2024**

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO nº 90019/2025

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço de locação de módulos habitacionais, com manutenção preventiva e corretiva, destinados a abrigar unidades escolares e administrativas, tais como sala de aula, sala de professores, cozinha, refeitório, almoxarifado, banheiros, escadas, patamares, rampas de acesso (PCD).

Data e horário de início da sessão pública: 01/09/2025 às 10h

Local da sessão pública: [://www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) (Portal Nacional de Compras).

O Pregoeiro do Município de Maricá, no uso de suas atribuições, informa que o Pregão Eletrônico supracitado está SUSPENSO.

Maiores informações pelo e-mail [maricacpl@gmail.com](mailto:maricacpl@gmail.com)

Maricá, 01 de setembro de 2025.

HUMBERTO BATISTA RODRIGUES JÚNIOR

RESPONDENDO COMO SUBSECRETÁRIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS